



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 015/2024

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ (Crea-PR), Autarquia Federal instituída nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, torna pública a realização de licitação sob a regência da Lei n.º 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento, com vistas à **prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, por meio de operadora de plano ou seguro de saúde.**

REQUISITANTE: DEPARTAMENTO CONTÁBIL E PESSOAL

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO N.º 014/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/MAIO/2024, às 08h00min.

LOCAIS PARA A OBTENÇÃO DO EDITAL: sites do Crea-PR (www.crea-pr.org.br/ws/licitacoes-do-crea-pr/) e do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

LOCAL PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS E DA SESSÃO PÚBLICA: exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta licitação a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, por meio de operadora de plano ou seguro de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência - **ANEXO I**.
- 1.2. Havendo qualquer divergência entre as especificações do objeto constante do Sistema e as deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.3. A licitação será em um único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Ainda como condições para a participação, a interessada deverá:
 - a) Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências.
 - b) Dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e a operação do sistema eletrônico.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante - excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Crea-PR - por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas descritos no subitem 2.1, e ainda mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique falha ou desatualização, sob a pena de ensejar a sua desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Não poderá disputar esta licitação e, conseqüentemente, será desclassificado ou inabilitado, conforme o caso, em qualquer fase do certame:
 - a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
 - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
 - f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-PR, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - i) interessado em que o representante legal ou qualquer integrante da participação societária possua vinculação, direta ou indireta, com o Crea-PR, a exemplo de conselheiro, inspetor ou servidor;
 - j) licitantes que integrem um mesmo grupo econômico, assim entendido aquela que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, todos com vistas à promoção de fraude ou conluio, por sua vez consideradas, dentre outras, a intenção de usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, situação esta que desclassificará todas as propostas assim enquadradas;
 - k) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - l) licitante que possua objeto social impertinente ou incompatível com o objeto licitado, assim consideradas - dentre outras diligências - as informações constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou ainda do ato constitutivo, estatuto ou contrato social.
- 2.5.** A critério do CREA-PR e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “b” e “c” do subitem anterior poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Crea-PR. Ainda neste mesmo sentido, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6.** Tendo em vista que o valor global anual ultrapassa a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte, não será concedido o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1.** Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.
- 3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento adotado neste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante deverá encaminhar via sistema a proposta comercial e/ou os documentos de habilitação, conforme o caso.
- 3.3.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - c)** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.** Os licitantes poderão retirar ou substituir informações anteriormente inseridas no sistema até a abertura da sessão pública.
- 3.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, mas sim apenas depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.6.** O sistema disponibilizará para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.7.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, conforme o caso, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
 - b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata a alínea anterior.
- 3.8.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o Crea-PR, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Crea-PR ou de sua desconexão. Cabe ainda ao licitante:
- a) responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública;
 - b) comunicar imediatamente a perda da senha ou a quebra de sigilo ao provedor do sistema visando bloqueio do seu acesso;
 - c) responsabilizar-se legalmente pelos atos praticados e pela presunção da sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação;
 - d) assumir a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - e) avocar como firmes e verdadeiras as suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 3.11.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão estar:
- a) em nome do licitante com um único número de CNPJ, exceto para as certidões centralizadas junto à matriz, onde o respectivo emissor indique expressamente a validade para a matriz e também para as filiais;
 - b) no prazo de validade estabelecido pelo órgão ou entidade expedidora. Ainda no mesmo sentido, os documentos que não mencionarem o prazo de vigência, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição legal contrária.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema, dos seguintes campos:
- a) Descrição detalhada do objeto ofertado: a clara indicação do objeto a que se refere, sem alternativas (Capítulo I do Termo de Referência). Neste aspecto, é relevante destacar a desnecessidade de serem transcritas todas as características mínimas do objeto, bastando que o licitante declare que a proposta está de acordo com o Edital, se assim preferir.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) “Valor unitário” e o “Valor Global”: o valor global, assim considerado o preço total do objeto indicado em reais.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos do licitante nos últimos doze meses. Ainda no mesmo sentido, independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.** As informações deverão ser apresentadas de forma precisa, limitadas ao objeto e a este instrumento, sem conter alternativas de preço ou condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Neste sentido, o uso da expressão “*ou similar*” ou equivalentes a tal afirmação, será considerado alternativa, e causará a desclassificação da proposta.
- 4.9.** Na apresentação da proposta, o que exceder aos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital não será considerado como vantagem para o julgamento. Por outro lado, em não sendo preenchidos os requisitos mínimos, a proposta será desclassificada.
- 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante. Neste sentido:
- a) A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- b) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor indicado no sistema, que por sua vez considerará o objeto, a sua unidade e quantidade, bem como as condições deste instrumento.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste instrumento.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais).
- 5.11. Desde que permitido pelo sistema, o licitante poderá excluir o seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”. Assim, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, devendo ser considerado:
 - a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão. A prorrogação automática da etapa de lances ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos, inclusive no caso de lances intermediários.
 - b) Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
 - c) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos anteriormente, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem de melhores propostas.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. No entanto, quando a desconexão do sistema para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes.

- 5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.
- a)** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 5.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o melhor colocado visando à obtenção de proposta mais vantajosa à Administração, mesmo que a sua proposta não esteja com valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, conforme o caso.
- a)** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o melhor colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido pelo Crea-PR.
- b)** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c)** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes por meio da ata da sessão.
- 5.20.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem **2.4** deste Edital, inclusive quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por intermédio do site http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b)** Relação de inidôneos (em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, também conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível por meio do endereço eletrônico: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>;
- c)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, acessível por intermédio do endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>;
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível mediante consulta no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- e) Cadastros de servidores, Conselheiros e Inspectores do Crea-PR.
- 6.1.1.** As comprovações previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” poderão ser obtidas de forma centralizada, mediante consulta ao endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 6.1.2.** Os endereços eletrônicos informados poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.
- 6.1.3.** Uma vez constatada a existência de registros que impeçam a participação ou a futura contratação (Ocorrência Impeditiva Direta), o licitante será desclassificado.
- 6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992.
 - 6.2.1.** Na hipótese de o sócio majoritário do licitante não estar atualizado perante o SICAF, ou ainda não conste o registro do respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF, a análise das comprovações será efetuada pelo(a) Pregoeiro(a) por ocasião do acesso ao ato constitutivo do licitante.
- 6.3.** Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.1.1.** Verificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas em nome do licitante melhor classificado, o(a) Pregoeiro(a) interromperá a sessão para que, no prazo de 03 (três) dias, o licitante apresente seus esclarecimentos, indicando, ato contínuo, o dia e o horário da reabertura da sessão.
 - 6.3.1.2.** Reaberta a sessão e constatado o atendimento à convocação, o(a) Pregoeiro(a) interromperá novamente o curso do certame de modo a permitir a análise das razões apresentadas, determinando nova data e hora para reabertura da sessão, se for o caso.
 - 6.3.1.3.** O licitante deverá anexar seus esclarecimentos e tantos documentos comprobatórios quantos julgar necessários. Recomenda-se, para tanto, que o licitante utilize um programa de compactação de arquivos, de maneira que seja anexado ao sistema um único arquivo eletrônico.
 - 6.3.2.** Não tendo sido demonstrada de maneira inequívoca, a inaplicabilidade ao caso concreto das ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será desclassificado.
- 6.4.** Verificadas as condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste instrumento e em seus anexos.
- 6.5.** O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação, envie, exclusivamente por intermédio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.6.** Será desclassificada a proposta que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) conter ilegalidade;
 - b) não obedecer às especificações do Termo de Referência;
 - c) permanecerem acima do preço máximo, sejam unitários e/ou total, conforme o caso;
 - d) não apresentar as especificações técnicas exigidas nos elementos instrutores;
 - e) apresentar preços inexequíveis e não tiverem a sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo(a) Pregoeiro(a);
 - f) o licitante não atender, no prazo estipulado, as convocações do(a) Pregoeiro(a), em especial para o envio de informações, anexos ou ainda correções em geral;
 - g) apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste instrumento ou seus anexos.
- 6.7.** A proposta de preço deverá ser enviada com as seguintes informações, expressamente indicadas na minuta constante do **Anexo II** deste instrumento:
- a) Razão Social;
 - b) CNPJ;
 - c) Endereço completo, inclusive com o CEP;
 - d) Números de telefone, *e-mail* e *homepage* (se existente);
 - e) Dados da pessoa de contato (nome, telefones fixo e móvel, *e-mail*);
 - f) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);
 - g) Dados do responsável legal que assinaria o Contrato (nome e *e-mail*);
 - h) Identificação do objeto;
 - i) Preços unitários e totais, bem como o valor global estimado;
 - j) Prazo de execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência;
 - k) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas;
 - l) Declaração informando que as redes de atendimento e especialidades essencial, transitória e mínima, estarão disponíveis conforme os prazos indicados no Termo de Referência e respectiva minuta contratual, sob a pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas para a inadimplência.
- 6.7.1.** A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de habilitação e do documento fiscal a ser emitido.
- 6.7.2.** A proposta comercial deve ser preferencialmente apresentada em folhas sequencialmente numeradas, contendo o timbre e a indicação do CNPJ do licitante, impressa em meio eletrônico, obrigatoriamente sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada pelo representante legal do licitante, observados os demais dados exigidos neste Edital.
- 6.7.3.** Em todos os documentos em que a assinatura do representante legal for exigida, esta deverá ser no mínimo do tipo eletrônica simples, prevista na Lei n.º 14.063/2020, dispensando assim a apresentação desses mesmos documentos pelo meio físico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.7.3.1.** Os documentos exigidos neste Edital que forem firmados digitalmente nos termos da Medida Provisória n.º 2.200/2001, serão aceitos desde que a sua autenticidade possa ser aferida.
- 6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante poderá ser convocado para apresentar as comprovações de exequibilidade da sua proposta.
- 6.8.1.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Crea-PR.
- 6.8.2.** Havendo indício de inexequibilidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências a fim de adotar os seguintes procedimentos, conforme o caso:
- a) Requerer à proponente, fixando o prazo de até 01 (um) dia, para que apresente:
 - i) Justificativas e comprovações de que os custos ofertados com indícios de inexequibilidade são compatíveis com os valores praticados no mercado ou por outros órgãos públicos;
 - ii) Planilha de composição de preços, justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - iii) Acordos, Convenções ou sentenças normativas em Dissídios Coletivos de Trabalho;
 - iv) Indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - v) Contratos que a proponente já mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
 - vi) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e/ou fabricantes;
 - vii) Documentos fiscais de objetos adquiridos ou fornecidos pela proponente;
 - viii) Soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a execução do objeto.
 - b) Promover:
 - i) Pesquisas junto a órgãos, entidades e empresas públicas, bem como a empresas privadas de modo a obter as informações necessárias à comprovação da exequibilidade do valor proposto;
 - ii) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - iii) Pesquisas de estudos setoriais relativos ao objeto;
 - iv) O levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e às fazendas federal, distrital, estadual ou municipal.
- 6.8.3.** Será configurada a inexequibilidade e, de consequência, recusada a proposta do proponente quando, após as diligências, restar comprovado:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.9.** Erro no preenchimento não constitui, inicialmente, motivo para a desclassificação da proposta, que poderá ser ajustada no prazo indicado pelo sistema, não inferior a 30 (trinta) minutos, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erro pontual e que não altere a substância da proposta;
- 6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. As seguintes informações serão exigidas para fins de habilitação:

- a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, podendo ser substituído pela Certidão Simplificada, emitida pela respectiva Junta Comercial ou Cartório competente, conforme o caso;
- b)** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c)** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- d)** Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante (a comprovação deve abranger os tributos mobiliários e os imobiliários);
- e)** Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- f)** Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- g)** Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- h)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeito de negativa), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do endereço eletrônico www.tst.jus.br/certidao;
- i)** Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- j)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor competente de onde se encontra instalada o licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- k)** Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada de forma que a licitante comprove já ter executado objeto semelhante ao que se propõe nesta licitação, devendo conter no mínimo: o período, a descrição e a manifestação quanto à regularidade da execução do objeto, a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente.
- i.** O Atestado de Capacidade Técnica deve comprovar, no mínimo, a prestação de serviços semelhantes equivalentes a 50 % (cinquenta por cento) do objeto, assim entendida como sendo a assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, para 460 (quatrocentos e sessenta) beneficiários em 22 (vinte e duas) localidades distintas.
 - ii.** Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos respectivos objetos, assim considerada a somatória dos quantitativos dentro do mesmo lapso temporal.
 - iii.** Caso julgado necessário pelo Pregoeiro, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s), a exemplo de cópia do ajuste contratual que deu suporte à contratação.
 - iv.** O atestado de capacidade técnica pode ser apresentado em nome da matriz ou da filial do licitante.
 - v.** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.
- l)** Comprovante de registro junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM do respectivo Estado.
- i.** Caso a licitante declarada vencedora não esteja apta no CRM do Paraná a executar o objeto, deverá providenciar a sua regularidade antes da assinatura do contrato, sob a pena de aplicação das sanções previstas para a inadimplência total.
- m)** Comprovante de registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS.
- n)** Na hipótese da licitante se tratar de seguradora, deverá apresentar ainda a prova de registro na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- o)** Caso tenha declarado no sistema, no momento do cadastramento da proposta, não ter ultrapassado o limite de faturamento e cumprir os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, será exigida ainda a comprovação da condição, que deverá ser efetuada, conforme o caso, mediante apresentação da comunicação do registro na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, por Certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte expedida pelo órgão de registro competente, tudo conforme art. 4º do Decreto n.º 3.474/2000 e art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 7.2.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 7.3.** Também será constatada, sob pena de inabilitação, a declaração no sistema de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.4.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.5.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.5.1.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.
- 7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.** Quando possível, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal para fins de habilitação.
- 7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do registro da solicitação do interessado ao(à) Pregoeiro(a).
- 7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.9.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.9.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nas condições do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.11.** Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor ser recusado, ou ainda se o licitante detentor da melhor proposta não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste instrumento.
- 7.12.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha atendido este instrumento, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 7.13.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.14.** Na hipótese da participação se dar por meio da formação de consórcio, este deverá apresentar as comprovações constantes do subitem **7.1** para todos os consorciados (exceto os documentos das alíneas “k”, “l”, “m” e “n”, que deverão se referir apenas ao(s) consorciado(s) que efetivamente executar(em) as atividades que motivariam as exigências), e ainda os seguintes documentos:
- a)** Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, indicando além de seus participantes:
 - i)** O seu representante legal devidamente qualificado;
 - ii)** Os compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
 - iii)** A declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, dos consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente ao Contrato, até o final de sua execução;
 - iv)** O compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do Crea-PR, até o término da vigência contratual;
 - v)** O compromisso que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta dos seus membros;
 - vi)** O compromisso e a divisão do escopo no fornecimento para cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como, o percentual de participação de cada um em relação ao custo dos serviços previstos;
 - vii)** A declaração que os pagamentos referentes aos serviços contratados deverão ser realizados diretamente a empresa consorciada, ou a empresa líder
 - b)** Indicação da empresa responsável pelo consórcio, que deverá atender as seguintes condições de liderança:
 - i)** No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, que será responsável por todas as providências que forem necessárias ao atendimento da legislação nacional, inclusive de comércio exterior;
 - ii)** Possuir sede na Capital do Paraná ou, no caso de empresa sediada em outra localidade, assumir compromisso de estabelecer preposto na Cidade de Curitiba, com capacidade de atender a todas as necessidades administrativas oriundas da contratação.
- 7.14.1.** Na formação de consórcio, deverá ser observado ainda que:
- a)** A empresa líder caberá as seguintes obrigações:
 - i)** Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio;
 - ii)** Administrar o Contrato, com poderes inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 8.7.** As informações necessárias à formulação das razões e contrarrazões constarão do sistema e/ou do sítio do Crea-PR na internet, no endereço www.crea-pr.org.br, opções: “sociedade”, “licitações em andamento” (campo “*complementos*” do respectivo Edital). Na hipótese de serem julgadas necessárias informações complementares pelo licitante interessado, os autos do processo licitatório poderão ser solicitados ao Setor de Licitações e Contratos - SLC, por intermédio do *e-mail* licitacao@crea-pr.org.br.
- 8.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA CONTRATAÇÃO E DAS GARANTIAS

- 9.1.** As obrigações desta licitação a serem firmadas entre o Crea-PR e o licitante vencedor, serão formalizadas por meio do respectivo Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.
- 9.2.** O Crea-PR convocará formalmente o adjudicatário para assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação. Para tanto:
- Enviará o Contrato por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ao endereço de *e-mail* do adjudicatário, em atenção ao representante legal, ambos informados na respectiva proposta comercial;
 - O Contrato e eventuais documentos que devam seguir anexos deverão ser devolvidos pelo convocado, assinados eletronicamente, no prazo máximo estabelecido, contados da data do envio do *e-mail* de convocação;
 - Poderá ser acrescentada ao Contrato qualquer vantagem apresentada pelo adjudicatário em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste instrumento.
 - As providências relativas ao cadastro do adjudicatário, para os registros do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devem ser tomadas tão logo o certame seja homologado. Para tanto, o adjudicatário deverá efetuar as ações requeridas, no prazo de até 03(três) dias úteis, nos termos das comunicações eletrônicas encaminhadas previamente pelo Crea-PR.
- 9.3.** Os prazos estipulados no subitem anterior poderão ser prorrogados uma vez por igual período, quando formalmente solicitado pelo interessado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pelo Crea-PR.
- 9.4.** O Crea-PR poderá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar esta licitação, a seu critério.
- 9.5.** Além do procedimento previsto no subitem anterior, o não atendimento da convocação no prazo estabelecido sujeitará o adjudicatário à multa e demais sanções cumuladas previstas neste instrumento.
- 9.6.** É expressamente vedada a subcontratação total do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 9.7.** O Licitante Contratado deverá firmar a garantia perante o Crea-PR, estipulada em 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme procedimento previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

10. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

- 10.1.** O objeto deverá ser executado pelo licitante contratado, ocasião em que o respectivo documento fiscal deverá ser emitido, no prazo, local, quantidades e demais especificações constantes do Termo de Referência e respectivo Contrato.
- 10.2.** O recebimento do objeto observará o procedimento previsto na minuta contratual anexa a este instrumento.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.** A infração administrativa da contratada ou da adjudicatária, conforme o caso, a sujeitará às multas e demais penalidades previstas no Termo de Referência e respectivo Contrato. Ainda no mesmo sentido, comete infração administrativa durante a licitação - nos termos do art. 155 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021 – o licitante que, com dolo ou culpa:
- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;
 - b)** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - i)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - ii)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - iii)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - iv)** deixar de apresentar amostra;
 - v)** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste instrumento.
 - c)** não celebrar o Contrato ou a ordem de compra/serviços, conforme o caso, ou não entregar a documentação exigida para tanto, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - d)** recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato, ou a ordem de compra/serviços, ou a ata de registro de preço; ou ainda a aceitar ou a retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Crea-PR;
 - e)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - f)** fraudar a licitação;
 - g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- i) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - ii) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - iii) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - iv) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - v) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 11.2.** O Crea-PR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Crea-PR.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será aplicada em percentual incidente sobre o valor licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do Crea-PR. Neste sentido:
- a) Para as infrações previstas no subitem **11.1** alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, a multa será de 1% (um por cento).
 - b) Para as infrações previstas no subitem **11.1** alíneas “e”, “f” e “g”, a multa será de 2% (dois por cento).
 - c) Vencido o prazo sem pagamento, as informações serão encaminhadas ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda ser procedida à cobrança judicial.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no subitem **11.1** alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo mínimo de 1(um) e máximo de 3 (três) anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no subitem **11.1** alíneas “e”, “f” e “g”, bem como pelas infrações administrativas previstas no subitem anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores do Crea-PR, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir
- 11.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.14.** As multas e as demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do licitante junto ao Sicaf e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1.** A impugnação a este Edital poderá ser interposta por qualquer pessoa, física ou jurídica, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão, por meio do endereço eletrônico licitacao@crea-pr.org.br, sendo consideradas para todos os efeitos, a data e a hora do recebimento do *e-mail* no Crea-PR.
- 12.2.** A resposta à impugnação será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** Acolhida a impugnação deste Edital, será designada uma nova data para a realização do certame, se for o caso.
- 12.4.** Os esclarecimentos deverão ser solicitados formalmente ao Setor de Licitações e Contratos, por intermédio do *e-mail* licitacao@crea-pr.org.br, com antecedência indicada no subitem **12.1** deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 12.5. A decisão quanto à impugnação, resposta a questionamentos ou avisos em geral dar-se-á, exclusivamente por intermédio do sistema, exceto quando disser respeito à questão individual, situação em que a resposta será encaminhada por *e-mail* diretamente ao interessado.
- 12.6. Não será conhecida a impugnação ou o pedido de esclarecimento se vencido o prazo mínimo de antecedência.
- 12.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste instrumento, exceto se concedido o efeito suspensivo, que é medida excepcional e será motivada.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) Pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 13.2. Quando o objeto possuir mais de um item, será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A ata da sessão pública será publicada automaticamente no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Crea-PR, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Crea-PR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem apenas em dias de expediente do Crea-PR.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste instrumento e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10.** As comunicações, solicitações, notificações ou intimações do Crea-PR decorrentes desta licitação, quando não publicados no sistema, serão efetuadas por intermédio do *e-mail* do interessado, que por sua vez tenha sido indicado no requerimento ou na proposta apresentada. Considerar-se-á recebido pelo destinatário, para todos os efeitos legais, o primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica por parte do Crea-PR.
- 14.11.** O Crea-PR poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 14.12.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a):
- a) promover diligência, em qualquer fase da licitação, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria ter sido apresentado em momento próprio;
 - b) solicitar documentos (digitais ou originais), sempre que tiver dúvidas e/ou julgar necessário para a eficiente elucidação de eventuais questionamentos;
 - c) dirimir no ato, quaisquer controvérsias fúteis e improcedentes, que bem indiquem a intenção dos seus autores de impedir, fraudar ou perturbar os atos licitatórios;
 - d) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação;
 - e) convocar licitante para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento da sua proposta ou documento de habilitação;
 - f) prorrogar antes de encerrado e no interesse do Crea-PR, qualquer prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante;
 - g) quando julgado oportuno e no interesse da Administração, suspender ou interromper a sessão, conforme o caso, especialmente visando respeitar os intervalos *intra*jornadas e/ou *inter*jornadas, ocasião em que os licitantes serão comunicados via *chat*;
 - h) desclassificar as propostas e/ou inabilitar os licitantes que não atenderem às exigências contidas neste instrumento.
- 14.13.** A apresentação da proposta na licitação fará prova de que a proponente:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos deste Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve do Crea-PR as informações necessárias antes de apresentá-la;
 - b) Conhece todas as especificações e condições para a execução do objeto;
 - c) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 14.14.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei n.º 14.133/2021.

14.15. Este Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda no site do Crea-PR (<https://www.crea-pr.org.br/ws/licitacoes-do-crea-pr/>).

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência.
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.
- c) Anexo III – Minuta do Contrato.

Assinado eletronicamente em 07/05/2024.

Clodomir Luiz Ascari
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I. DO OBJETO

Prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, por meio de operadora de plano ou seguro de saúde.

II. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

- 1) A execução do objeto dar-se-á por intermédio de estabelecimentos comerciais e profissionais habilitados, de acordo com a Lei n.º 9.658/1998 e demais regulamentos da Agência Nacional de Saúde – ANS, e ainda da Lei n.º 8078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.
- 2) O plano deverá considerar as seguintes definições de usuários:
 - a) TITULAR, é o empregado do Crea-PR (permanecem os titulares ativos já inscritos no contrato existente).
 - b) DEPENDENTE(S), podem ser:
 - i) Cônjuge, sem eventual concorrência com o(a) companheiro(a);
 - ii) Companheiro(a), havendo união estável sem eventual concorrência do cônjuge;
 - iii) Filho(a) solteiro(a) com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quarto) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - iv) Companheiro ou companheira na união homoafetiva, obedecidos aos mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
 - v) Menor sob a guarda judicial ou tutela;
 - vi) Filho(a) do cônjuge, solteiro e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quarto) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - vii) Neto(a) solteiro(a) e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quarto) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - viii) Filhos incapazes sem limite de idade;
 - ix) Os dependentes ativos já inscritos no contrato em vigor, independentemente dos critérios constantes dos subitens anteriores.
 - c) INATIVO: aposentados ou demitidos sem justa causa, bem como a seus dependentes beneficiários do plano, serão aplicadas as regras contidas nos artigos 30 e 31 da Lei n.º 9.656/1998, bem como o artigo 24 da RN n.º 279/2011 da ANS, ou de outra que a substitua.
- 3) O Crea-PR será responsável por todas as comunicações de inclusões e exclusões de beneficiários junto ao Contratado. Nesse sentido:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) O Contratado deverá disponibilizar solução eletrônica ou automatizada para que o Crea-PR informe mensalmente as movimentações de inclusões, alterações e/ou exclusões de beneficiários.
 - b) As comunicações formalizadas até o dia 20 (vinte) de cada mês deverão ter as informações incluídas no plano até o primeiro dia útil do mês subsequente ao envio (prazo normal).
 - c) O procedimento do Contratado deve prever ainda a opção para inclusão em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do Crea-PR, quando se referir a inclusão de recém-nascidos e recém-contratados.
 - d) No caso de exclusão de beneficiário, cabe ao Contratado o bloqueio da utilização dos serviços.
- 4) Quanto às carências, deve ser observado pelo Contratado:
- a) Não poderá haver carência aos titulares, bem como de seus dependentes que solicitarem inclusão ao plano em até 60 dias após a assinatura do contrato.
 - b) Não poderá haver carência aos novos titulares e seus dependentes, que tiverem sua inclusão ao plano solicitada em até 30 dias após a sua contratação ou posse no Crea-PR.
 - c) Não poderá haver carência ao(à) filho(a) de titular que solicitar sua inclusão ao plano em até 30 (trinta) dias após o parto, ou adoção.
- 5) Os casos não incluídos nos subitens anteriores estarão sujeitos às seguintes carências, para os respectivos procedimentos:
- a) Urgência e Emergência: 24 (vinte e quatro) horas.
 - i) Emergência são os atendimentos definidos como aqueles que implicarem risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizada em declaração do médico assistente.
 - ii) Urgência são os atendimentos entendidos como resultantes de acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional.
 - iii) Decorridas 24 (vinte e quatro) horas de vigência do contrato ou adesão ao plano, será garantida a cobertura sem restrições para atendimentos médicos cobertos decorrentes de acidentes pessoais.
 - b) Consultas médicas: 30 (trinta) dias.
 - c) Análises clínicas, exames anatomopatológicos e citológicos (exceto necropsia), raios-X simples e contrastados, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ultrassonografia: 30 (trinta) dias.
 - d) Fisioterapias: 180 (cento oitenta) dias.
 - e) Consultas ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional: 180 (cento e oitenta) dias.
 - f) Demais coberturas (exceto parto a termo): 180 (cento e oitenta) dias.
 - g) A termo, assim definidos aqueles que ocorrerem a partir da 37ª semana de gravidez: 300 (trezentos) dias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6) Os períodos de carência já cumpridos por beneficiário em outro plano de saúde deverão ser aproveitados para redução dos prazos descritos no item anterior, após análise do Contratado quanto à compatibilidade de cobertura dos planos, de acordo com a RN 438/18 da ANS, ou de outra que a substitua.
- 7) Sempre que houver negativa para aproveitamento de cobertura, o Contratado deverá encaminhar justificativa por escrito ao Crea-PR no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a decisão.
- 8) Além das hipóteses descritas nos itens anteriores, não poderá existir qualquer outro tipo de carência, nem imposição de limitações quanto à idade. Também não poderá haver limites quantitativos ou qualitativos de internação hospitalar e/ou UTI.
- 9) Os beneficiários contribuirão com coparticipação somente em consultas e nos procedimentos de terapias de sessões de fisioterapia, acupuntura, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição e psicoterapia, cujos valores e critérios estão dispostos neste instrumento. Não haverá cobrança de coparticipação quando se tratar de quaisquer procedimentos realizados durante internações, bem como em procedimentos complexos, como tratamentos de neoplasia.
- 10) O plano deverá atender às exigências da Lei n.º 9.656/98 e respectivas resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como de cobertura assistencial mínima com as seguintes características:
 - a) Consultas médicas em número ilimitado, em todas as especialidades, diretamente nos consultórios dos médicos credenciados.
 - b) Consultas médicas de emergência (24 horas - 07 dias por semana), bem como cirurgias de pequeno porte, curativos, aplicação de injeções, inalações, repouso para observações clínicas e serviços afins nos hospitais e pronto-socorro credenciados, conforme legislação e normatização vigentes.
 - c) Consultas e sessões com nutricionista, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, e ainda consultas e sessões de psicoterapia, todas obedecendo ao mínimo regulamentado pela ANS, exceto na hipótese de prescrição médica, devidamente justificada, situação está em que a operadora deverá prover a cobertura necessária.
 - d) Internamento hospitalar clínico e cirúrgico, bem como em centros e unidades de terapia intensiva e isolamento, sem limite de diárias; serviços de enfermagem, nutrição, fisioterapia, taxa de sala de cirurgia e/ou gesso, medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, diálise e hemodiálise, e demais equipamentos e materiais utilizados durante o internamento. No que se referem às acomodações, o Contratado deve considerar:
 - i) Apartamento individual: com banheiro privativo e direito a um acompanhante, independentemente da idade do paciente.
 - ii) Enfermaria: conforme normas estabelecidas pela ANS, inclusive para acompanhantes de menores e idosos.
 - iii) O titular poderá optar pelo tipo de acomodação, enfermaria ou apartamento individual, podendo ainda contratar acomodação diferente da sua para seus dependentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iv) O tipo de acomodação de seus dependentes é uma opção do titular, contudo a operadora poderá exigir uma permanência mínima de até 12 (doze) meses para efetivar nova alteração.
 - v) Honorários médicos de cirurgião, clínico, anestesistas, instrumentadores e especialistas;
 - e) Atendimento obstétrico, incluindo analgesia do parto, e cobertura assistencial ao recém-nascido, durante os trinta dias após o parto.
 - f) Transtornos psiquiátricos e dependência química, bem como a internação hospitalar para estes tratamentos, seguindo a normatização da Resolução do CONSU n.º 11/1998 e suas atualizações, ou de outra que a substitua.
 - g) Tratamento de doenças infectocontagiosas, incluindo síndrome de imunodeficiência adquirida, sem limitação de diárias.
 - h) Todo e qualquer exame complementar e/ou auxiliar solicitado pelo médico, incluindo, dentre outros, exame de análise clínica, exames moleculares, anatomopatologia, citopatologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, eco cardiografia, cineangiocoronariográfica, cateterismo, holter, laparoscopia e videolaparoscopia, mamografia, endoscopia e broncoscopia e medicina nuclear.
 - i) Remoção de pacientes, quando necessário, visando a transferência de hospital. A transferência deverá ser efetuada por meio de ambulância ou UTI móvel, conforme a necessidade do paciente, a ser definida pelo médico responsável.
 - j) Medicamentos e sessões de quimioterapia e radioterapia, ambulatorial e hospitalar, sem limite do número de sessões.
 - k) Sessões de fisioterapia, conforme solicitação do médico, sem limite de quantidade.
 - l) Prótese e órtese relacionados ao ato cirúrgico, bem como a sua manutenção, restauração e substituição.
 - m) Transplante de rim e córnea, conforme legislação vigente.
 - n) Procedimento do tipo *cross-linking* do colágeno da córnea.
- 11) O Contratado deverá garantir o atendimento aos beneficiários de acordo com os prazos máximos estipulados na RN 259/2011, RN 395/16 e RN 424/17 da ANS, ou de outras que a substituam, devendo:
- a) Priorizar o atendimento dos casos em que houver risco à saúde do beneficiário, inclusive apresentando alternativas de solução à situação apresentada.
 - b) Em caso de necessidade de realização de perícia ou auditoria sobre procedimentos médicos-clínico-hospitalares, nos termos da RN 259/2011, sempre que o resultado for pela negativa de cobertura, o Contratado deverá encaminhar justificativa por escrito ao Crea-PR no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 12) Por ocasião da inclusão no plano, o Contratado deverá fornecer, no mínimo:
- a) Cartão de identificação (magnético ou com microprocessador, caso de meio físico ou ainda virtual, via aplicativo), contendo impresso a denominação do Crea-PR e o nome do respectivo beneficiário. Os cartões deverão ser enviados ao Crea-PR, que por sua vez os encaminhará aos beneficiários, bem como o acesso ao cartão virtual do beneficiário e dependentes e demais serviços no respectivo aplicativo. A dispensa da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- emissão do cartão de identificação só poderá ocorrer mediante autorização do Crea-PR.
- b) Orientação sobre o funcionamento do Plano de Saúde aos beneficiários titulares, por meio remoto ou equivalente, com o intuito de demonstrar as peculiaridades operacionais do Contratado, prestando esclarecimentos gerais e respondendo aos questionamentos do público.
 - c) Manual de orientação para a correta utilização do plano e relação atualizada contendo a rede credenciada, ambos por meio eletrônico e acessível por internet e aplicativo.
 - d) Acesso eletrônico ou por meio de portal do Contratado, do relatório demonstrativo de todos os serviços que tenha utilizado, incluindo, separadamente, os seus dependentes.
- 13) Na ocorrência do óbito do Beneficiário Titular, o(s) seu(s) dependente(s), inscritos há mais de 6 (seis) meses, terão direito aos serviços previstos no plano gratuitamente, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do óbito.
- a) Excetuam-se do prazo de inscrição mínima de 6 (seis) meses os filhos recém-nascidos ou que vierem a nascer, desde que comprovada a fecundação antes do falecimento;
 - b) Excetuam-se da lista de dependentes aptos a receberem o benefício aqueles indicados no item 2, alínea b, subitem vii e ainda na alínea c:
Neto(a) solteiro(a) e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente 34 (trinta e quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
INATIVO, aposentados ou demitidos sem justa causa, bem como a seus dependentes beneficiários do plano.
 - c) Para a efetivação do benefício previsto, os dependentes e/ou beneficiários terão um prazo decadencial de 30 (trinta) dias para encaminhar os documentos de atualização da condição de dependente(s) ativo(s) no momento do óbito do titular.
- 14) Todos os procedimentos e coberturas regulamentadas por força da Lei n.º 9.656/98, bem como as suas eventuais atualizações que resultem em inclusão de novos procedimentos, deverão ser automaticamente incorporados à cobertura do Contratado. Havendo remoção de procedimento ou cobertura pelos mesmos instrumentos, estes poderão ser excluídos da cobertura do Contratado mediante comunicação prévia ao Crea-PR, instruída com as respectivas justificativas legais.
- 15) A cobertura dos serviços deverá ser de abrangência nacional. Nas localidades onde não haja atendimento médico, hospitalar ou laboratorial credenciado, o usuário do plano terá direito a se utilizar de consultas e/ou procedimentos médicos e hospitalares necessários por qualquer profissional ou hospital local, sendo reembolsado posteriormente pelo Contratado, conforme prevê a RN 259/11 da ANS, ou de outra que a substitua.
- a) Mediante a comprovação da despesa efetiva, assim considerado o documento fiscal ou o recibo contendo a descrição do serviço e o valor pago, o reembolso será realizado pelo valor apresentado, cujo limite será o contido na tabela do Contratado.
 - b) O reembolso deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da comprovação ao Contratado diretamente ao titular, por intermédio de depósito bancário, e com a devida comunicação ao Crea-PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Por ocasião da suspensão da execução do objeto, originada na rescisão ou término da vigência contratual, o Contratado estará obrigado a garantir o atendimento do usuário do plano que estiver em tratamento interno (internado) ou em outra condição que represente risco à paralisação do atendimento em andamento. Nas mesmas situações, cabe ainda ao Contratado providenciar a transferência do plano à nova operadora, sem prejuízo ao Crea-PR ou ao beneficiário.
- 16) Mensalmente o Contratado deverá encaminhar ao Crea-PR, em meio eletrônico, compatível com o aplicativo Excel, os relatórios que demonstrem as seguintes informações:
- a) Demonstrativo da sinistralidade, discriminando todas as informações de custos e receitas do período;
- b) Demonstrativo de utilizações global:
- i) Titular e seus dependentes que utilizaram o plano;
- ii) Data do atendimento;
- iii) Procedimento realizado;
- iv) Prestador de serviços;
- v) Quantidade;
- vi) Custo.
- c) Relatório de custos por categorias:
- i) Consultas – quantidade e custo;
- ii) Exames simples – quantidade e custo;
- iii) Exames complexos – quantidade e custo;
- iv) Terapias – quantidades e custo;
- v) Internamentos (diárias, taxas, honorários) quantidades e custo.
- d) Relatório cadastral: cadastro por família em ordem alfabética, com data de nascimento, sexo, grau dependência, data de inclusão e plano.
- e) Outras informações relativas ao contrato e a sua execução que o Crea-PR venha a entender necessárias, desde que formalmente comunicadas ao Contratado com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 17) A execução do objeto deve ser uniforme e abrangente, compatível os seguintes dados demográficos existentes na data da emissão deste instrumento, que poderão variar durante a vigência do contrato, conforme a alteração do quadro de empregados e seus dependentes:

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
0 a 18 anos	80	77	157
19 a 23 anos	45	25	70
24 a 28 anos	46	21	67
29 a 33 anos	49	39	88
34 a 38 anos	72	46	118
39 a 43 anos	53	43	96
44 a 48 anos	36	19	55



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

49 a 53 anos	25	19	44
54 a 58 anos	19	19	38
mais de 58 anos	93	96	189
Total	518	404	922

- 18) O Contratado deverá disponibilizar aos beneficiários ferramenta de consulta *on-line*, com acesso restrito com *login* e senha, possibilitando a consulta do extrato completo da utilização, demonstrado as datas de todos os procedimentos e respectivos valores de coparticipação cobrados mensalmente.
- 19) A execução do objeto deverá ser realizada por intermédio de rede própria, cooperada ou credenciada. A capacidade mínima de atendimento é obrigatória em todas as regiões indicadas neste instrumento e deverá ser comprovada por intermédio da apresentação de relação ou manual atualizado com nomes, endereços e telefone de médicos, hospitais ou clínicas de pronto atendimento e laboratórios credenciados para atendimento.
- a) As especialidades descritas pertencentes à REDE ESSENCIAL deverão estar disponíveis por ocasião do início da vigência do contrato, independente do período existente entre sua assinatura e seu efetivo início.
- b) Além da alínea anterior, de forma cumulativa, o Contratado deverá disponibilizar as seguintes especialidades, nas respectivas cidades (todas no Paraná), nos prazos contados do início da vigência deste Contrato:
- i) Em até 60 (sessenta) dias, as especialidades da REDE TRANSITÓRIA.
- ii) Em até 90 (noventa) dias, as especialidades da REDE MÍNIMA.
- iii) Em caso de municípios de outros Estados que apresentem conurbação ou semi-conurbação com município do Paraná, sua rede credenciada pode ser considerada para fins de atendimento ao item relativo a respectiva rede.

Especialidades	Cidades					
	Lista I	Lista II	Lista III	Lista IV	Lista V	Lista VI
REDE ESSENCIAL						
Hospital Maternidade	3	1	1	1	1	0
Pronto Socorro	3	1	1	1	1	0
Laboratórios	3	1	1	1	1	0
Cirurgia Geral	2	1	1	1	0	0
Clínica Geral	2	1	1	1	1	0
REDE TRANSITÓRIA						
Hospital Maternidade	5	3	1	1	1	0
Pronto Socorro	5	2	1	1	1	1
Laboratórios	5	3	1	1	1	0
Cirurgia Geral	4	2	1	1	0	0
Clínica Geral	4	2	2	1	1	0
Gastrenterologia	4	2	1	1	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Ginecologia e Obstetrícia	8	5	2	1	1	0
Oftalmologia	4	2	1	1	0	0
Ortopedia e Traumatologia	4	2	1	1	0	0
Otorrinolaringologia	4	2	1	1	0	0
Pediatria	8	4	2	1	1	0
Transferência Hospitalar	1	1	1	1	1	1
REDE MÍNIMA						
Hospital Maternidade	8	5	1	1	1	0
Pronto Socorro	10	3	1	1	1	1
Laboratórios	10	5	2	1	1	0
Cirurgia Geral	8	4	2	1	0	0
Clínica Geral	8	4	2	1	1	1
Gastrenterologia	8	4	2	1	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	16	8	4	2	1	0
Oftalmologia	8	4	2	1	0	0
Ortopedia e Traumatologia	8	4	2	1	0	0
Otorrinolaringologia	8	4	2	1	0	0
Pediatria	16	8	4	2	1	0
Transferência Hospitalar	1	1	1	1	1	1
Acupuntura	4	2	1	1	0	0
Alergologista	2	1	0	0	0	0
Anestesiologista	4	2	1	0	0	0
Angiologia	4	2	1	0	0	0
Cancerologista	1	0	0	0	0	0
Cardiologia	8	4	2	1	0	0
Cardiologia Pediátrica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Buco Maxilo Facial	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Cardiovascular	2	1	0	0	0	0
Cirurgia Cardiovascular Pediátrica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Cabeça e Pescoço	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Aparelho Digestivo	4	2	1	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Cirurgia Endocrinológica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Pediátrica	2	1	1	0	0	0
Cirurgia Plástica	2	1	0	0	0	0
Cirurgia Torácica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Vascular	4	2	1	0	0	0
Dermatologia	4	2	1	1	0	0
Endocrinologia	4	2	1	0	0	0
Fisioterapia	4	2	1	1	0	0
Geriatria	2	1	0	0	0	0
Hematologia	1	0	0	0	0	0
Homeopatia	2	1	0	0	0	0
Infectologia	2	1	0	0	0	0
Mastologia	4	2	1	0	0	0
Nefrologia	2	1	0	0	0	0
Neurocirurgia	4	2	1	0	0	0
Nutrologia	4	2	1	0	0	0
Pneumologia	2	1	0	0	0	0
Psicologia	4	2	1	1	0	0
Psiquiatria	4	2	1	1	0	0
Reumatologia	2	1	1	0	0	0
Urologia	4	2	1	1	0	0

- iv) Lista I: Curitiba;
- v) Lista II: Londrina e Maringá;
- vi) Lista III: Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco, Apucarana e Guarapuava;
- vii) Lista IV: Cianorte, Umuarama, São Jose dos Pinhais;
- viii) Lista V: Arapongas, Bandeirantes, Castro, Campo Largo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Irati, Jacarezinho, Toledo, União da Vitória, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Ibaiti, Ivaiporã, Marechal Candido Rondon, Medianeira, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Realeza, Rio Negro, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba;
- ix) Lista VI: Guaratuba, Laranjeiras do Sul, Sarandi, Cambé, Rolândia, Araucária, Colombo, Palotina e Pinhais.

20) São responsabilidades do Contratado, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:

- a) Cumprir a legislação e as normas técnicas inerentes à execução do objeto e a sua atividade, inclusive da ABNT e ANS, bem como das entidades de regulamentação e fiscalização profissional, se for o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;
- c) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
- d) Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
- e) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Crea-PR em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obriga a se manifestar e a atender prontamente;
- f) Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
- g) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- h) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) Substituir, sempre que exigido pelo Crea-PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
- j) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
- k) Assumir:
 - i. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
 - ii. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Crea-PR;
 - iii. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Crea-PR;
 - iv. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - v. Todos os eventuais danos causados diretamente ao Crea-PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;
 - vi. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do Crea-PR;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- vii.** Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o Crea-PR isento de qualquer vínculo empregatício.
- viii.** Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Crea-PR e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.
- l)** Indicar e manter o seu representante junto ao Crea-PR, que durante o período de execução do objeto será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
- m)** Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do Crea-PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
- n)** Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Crea-PR, apresentando cópia à fiscalização deste instrumento;
- o)** Não contratar para atuar na execução do objeto servidor pertencente ao quadro de pessoal do Crea-PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
- p)** Manter atualizado o banco de dados dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do Crea-PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;
- q)** Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Crea-PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
- r)** Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;
- s)** Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para o Crea-PR;
- t)** Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do Crea-PR;
- u)** Comunicar a fiscalização do contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do Crea-PR;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- v) Não utilizar o nome e/ou logomarca do Crea-PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
 - w) Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do Crea-PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
 - x) Abster-se de caucionar ou utilizar o contrato ou equivalente para qualquer tipo de operação financeira;
 - y) Na hipótese de violação das obrigações assumidas por conta deste instrumento, responsabilizar-se civil e criminalmente por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência de tais exceções, também sob a pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao Crea-PR.
 - z) Responsabilizar-se inteiramente pela execução do objeto, a ponto de incidir sobre si a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto ou terceiro.
 - aa) Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao Crea-PR eventuais anormalidades;
 - bb) Substituir qualquer empregado ou preposto, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao Crea-PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
 - cc) Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados ou prepostos, quando em serviço nas instalações do Crea-PR, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
 - dd) Realizar reuniões periódicas com a fiscalização da execução do objeto, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto. Na impossibilidade técnica de ser possível a realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas correrão exclusivamente por conta do Contratado;
 - ee) Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções relacionadas com a execução do objeto, bem como mantê-los devidamente identificados quando exercendo atividades nas dependências do Crea-PR;
 - ff) Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a execução do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.
- 21) Quanto à execução do objeto, são responsabilidades do Crea-PR:**
- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133/2021;
 - b) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização;
 - c) Notificar a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, se for o caso;
 - d) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados;
 - e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- f) Efetuar os pagamentos após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos;
- g) Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas.

III. DO VALOR ESTIMADO

O valor global máximo para a execução do objeto descrito neste Termo de Referência é: de R\$ 23.241.356,35 (vinte e três milhões, duzentos e quarenta e um mil trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos), constituído dos seguintes valores unitários e totais máximos:

TABELA A – MENSALIDADES					
FAIXAS ETÁRIAS	QUANTIDADES		VALORES (R\$)		
	Individual	Enfermaria	UNITÁRIOS		TOTAIS
			Individual	Enfermaria	
0 a 18 anos	99	90	350,64	269,67	58.983,66
19 a 23 anos	21	16	395,2	297,22	13.054,72
24 a 28 anos	26	19	481,4	350,93	19.184,07
29 a 33 anos	33	20	522,27	376,76	24.770,11
34 a 38 anos	72	25	562,26	402,16	50.536,72
39 a 43 anos	96	20	640,43	452,09	70.523,08
44 a 48 anos	76	15	678,21	519,16	59.331,36
49 a 53 anos	55	12	816,58	608,49	52.213,78
54 a 58 anos	53	15	1.108,43	728,54	69.674,89
59 anos ou mais	89	70	1.311,56	999,08	186.664,44
TOTAIS	620	302	Total mensalidades (A)		604.936,83
Total mensal estimado dos procedimentos (B)					40.656,40
VALOR GLOBAL (A+B) X 36					23.241.356,35

TABELA B - SERVIÇOS COPARTICIPAÇÃO			
Descrição serviço	Quantidades estimadas ano	Copaticipação (por serviço)	Total (estimado por ano)
Consulta em consultório (no horário normal ou preestabelecido)	4654	68,71	319.776,34
Consulta em pronto socorro	952	89,00	84.728,00
Consulta médica de plantão por teleatendimento	0	58,78	0,00
Tele consulta	1	68,71	68,71
Interconsulta por teleatendimento	1	58,78	58,78
Avaliação terapias pediátricas especiais	1	60,26	60,26



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Atividade educacional para planejamento familiar	1	68,71	68,71
Consulta de aconselhamento para planejamento familiar	1	68,71	68,71
Atendimento ao familiar do adolescente	1	68,71	68,71
Atendimento pediátrico a gestantes (3º trimestre)	1	68,71	68,71
Atendimento ambulatorial em puericultura (com diretriz clínica definida pela ANS – nº 2)	38	68,71	2.610,99
Avaliação geriátrica ampla - AGA (com diretriz clínica definida pela ANS - nº 1)	2	68,71	137,42
Adaptação e treinamento de recursos ópticos para visão subnormal (por sessão) - binocular	1	4,65	4,65
Amputação bilateral (preparação do coto)	1	4,60	4,60
Amputação bilateral (treinamento protético)	1	5,81	5,81
Amputação unilateral (preparação do coto)	1	2,95	2,95
Amputação unilateral (treinamento protético)	1	4,60	4,60
Assistência fisiátrica respiratória em pré e pós-operatório de condições cirúrgicas	1	2,76	2,76
Ataxias	1	2,59	2,59
Atendimento fisiátrico no pré e pós-operatório de pacientes para prevenção de sequelas	20	2,95	58,94
Atendimento fisiátrico no pré e pós-parto	1	2,95	2,95
Biofeedback com EMG	1	9,22	9,22
Desvios posturais da coluna vertebral	1	3,69	3,69
Disfunção vesico-uretral	1	3,88	3,88
Distrofia simpático-reflexa	1	3,69	3,69
Distúrbios circulatórios arteriovenosos e linfáticos	1	2,59	2,59
Doenças pulmonares atendidas em ambulatório	10	2,95	29,47
Exercícios para reabilitação do asmático (ERAC) - por sessão coletiva	1	1,39	1,39
Exercícios para reabilitação do asmático (ERAI) - por sessão individual	1	2,76	2,76
Hemiparesia	1	3,69	3,69
Hemiplegia	1	3,69	3,69
Hemiplegia e hemiparesia com afasia	1	3,69	3,69
Hipo ou agenesia de membros	1	3,69	3,69
Lesão nervosa periférica afetando mais de um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	4	2,95	11,79
Lesão nervosa periférica afetando um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	1	2,31	2,31
Miopatias	60	4,60	275,92
Paciente com D.P.O.C. em atendimento ambulatorial necessitando reeducação e reabilitação respiratória	1	2,95	2,95



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Paciente em pós-operatório de cirurgia cardíaca, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	1	2,76	2,76
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório de 8 a 24 semanas	1	2,76	2,76
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório, até 8 semanas de programa	1	2,76	2,76
Pacientes com doenças neuro-músculo-esqueléticas com envolvimento tegumentar	40	9,22	368,76
Pacientes sem doença coronariana clinicamente manifesta, mas considerada de alto risco, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	1	2,76	2,76
Paralisia cerebral	1	4,60	4,60
Paralisia cerebral com distúrbio de comunicação	1	5,53	5,53
Paraparesia/tetraparesia	22	5,53	121,59
Paraplegia e tetraplegia	1	5,53	5,53
Parkinson	1	3,69	3,69
Patologia neurológica com dependência de atividades da vida diária	1	6,46	6,46
Patologia osteomioarticular em um membro	152	2,59	393,80
Patologia osteomioarticular em dois ou mais membros	408	4,60	1.876,26
Patologia osteomioarticular em um segmento da coluna	44	2,59	114,00
Patologia osteomioarticular em diferentes segmentos da coluna	138	4,60	634,62
Patologias osteomioarticulares com dependência de atividades da vida diária	200	9,22	1.843,79
Recuperação funcional pós-operatória ou por imobilização da patologia vertebral	1	2,59	2,59
Processos inflamatórios pélvicos	1	1,39	1,39
Queimados - seguimento ambulatorial para prevenção de sequelas (por segmento)	1	4,60	4,60
Reabilitação de paciente com endoprótese	1	7,18	7,18
Reabilitação labiríntica (por sessão)	1	10,32	10,32
Reabilitação perineal com biofeedback	32	57,02	1.824,61
Recuperação funcional de distúrbios craniofaciais	1	2,59	2,59
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia osteomioarticular com complicações neurovasculares afetando mais de um membro	1	9,95	9,95
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia osteomioarticular com complicações neurovasculares afetando um membro	50	9,95	497,65
Retardo do desenvolvimento psicomotor	1	4,60	4,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sequelas de traumatismos torácicos e abdominais	1	2,59	2,59
Sequelas em politraumatizados (em diferentes segmentos)	62	9,95	617,09
Sinusites	1	1,39	1,39
Reabilitação cardíaca supervisionada. Programa de 12 semanas. Duas a três sessões por semana (por sessão)	1	7,01	7,01
Sessão de psicoterapia de grupo (por paciente) (médico)	1	27,56	27,56
Sessão de psicoterapia individual (médico)	1	42,99	42,99
Sessão de psicoterapia infantil (médico)	1	42,99	42,99
Psicomotricidade aquática	1	45,11	45,11
Psicomotricidade	1	49,30	49,30
Pediasuit	1	76,78	76,78
Terapias vestes terapêuticas (manutenção)	1	42,38	42,38
Fisioterapia neurológica especial	92	40,44	3.720,30
Therapy taping/kinesio taping (sessões de fisioterapia com bandagens)	1	32,87	32,87
Método bobath (sessões de fisioterapia)	1	37,71	37,71
CME (cuervas medek exercises) sessões de fisioterapia	1	46,79	46,79
Estimulação visual	1	29,66	29,66
Equoterapia (sessões de fisioterapia)	1	51,78	51,78
Thera togs - sessão	1	25,56	25,56
Terapias vestes terapêuticas (intensivo)	1	75,71	75,71
Assistência fisiátrica respiratória em paciente internado com ventilação mecânica	8	2,95	23,58
Eletroestimulação do assoalho pélvico e/ou outra técnica de exercícios perineais	1	9,22	9,22
Assistência fisiátrica respiratória em doente clínico internado	8	2,76	22,11
Pacientes com doença isquêmica do coração, hospitalizado, até 8 semanas de programa	1	3,23	3,23
Pacientes em pós-operatório de cirurgia cardíaca, hospitalizado, até 8 semanas de programa	1	3,23	3,23
Acupuntura por sessão	296	42,52	12.586,37
Estimulação elétrica transcutânea (com diretriz definida pela ANS- nº 24)	24	10,94	262,45
Testes do desenvolvimento (escala de denver e outras)	1	4,67	4,67
Repertorizacao (inclui consulta)	1	68,71	68,71
Sessão de psicomotricidade individual	46	40,51	1.863,63
Consulta individual ambulatorial, em terapia ocupacional	2	32,99	65,98
Sessão individual ambulatorial, em terapia ocupacional	1	18,33	18,33



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sessão individual hospitalar, em terapia ocupacional	1	18,33	18,33
Sessão de terapia ocupacional para treinamento órteses, próteses e adaptações	1	18,33	18,33
Consulta ambulatorial em fisioterapia	46	25,57	1.176,37
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	36	6,11	219,96
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	1	6,11	6,11
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	1	6,11	6,11
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial no pré ou pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	1	6,23	6,23
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário e reprodutor, e/ou proctológico	1	7,48	7,48
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema cardiovascular	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	1	6,30	6,30
Atendimento fisioterapêutico hospitalar no pré e pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	1	7,33	7,33
Atendimento fisioterapêutico hospitalar por alterações endocrino-metabólicas	1	45,11	45,11
Hidroterapia	1	38,39	38,39
Psicologia terapias pediátricas especiais	94	46,03	4.326,81
Terapia ocupacional especializada	76	55,15	4.191,53
Fonoaudiologia especializada	118	44,13	5.207,34
Atendimento fisioterapêutico hospitalar para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário, reprodutor e/ou proctológico	1	37,19	37,19
Sessão de psicoterapia individual por psicólogo	734	18,33	13.454,15
Consulta ambulatorial por nutricionista (com diretriz definida pela ANS - nº 103)	62	32,99	2.045,35
Consulta individual ambulatorial de fonoaudiologia	1	32,99	32,99
Sessão individual ambulatorial de fonoaudiologia	36	18,33	659,88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sessão individual hospitalar de fonoaudiologia	1	18,33	18,33
Orientação fonoaudiológica aos pais/escolar/cuidador	1	52,05	52,05
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	8,19	8,19
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	1	7,46	7,46
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	1	44,09	44,09
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	1	45,11	45,11
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	1	44,09	44,09
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual por alterações endocrino-metabólicas	1	45,11	45,11
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	3,14	3,14
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente dependente com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	20,38	20,38
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com assistência ventilatória	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem assistência ventilatória	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem Assistência Ventilatória Mecânica	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com Assistência Ventilatória Mecânica	1	5,84	5,84
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência parcial com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	34,46	34,46
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	36,25	36,25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1	16,24	16,24
Consulta com enfermeiro obstetra ou obstetrix (com diretriz definida pela ANS - n° 135)	1	68,71	68,71
Musicoterapia - por sessão	78	28,22	2.201,01
Consulta ambulatorial em psicologia	2	28,22	56,44
Consulta hospitalar em psicologia	138	28,22	3.894,10
Terapia aba - psicologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo bobath - fisioterapia neurológica especial	1	29,15	29,15
Metodo cuevas medek exercises (cme) - fisioterapia neurológica especial	1	27,76	27,76
Metodo teacch - psicologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo peccs - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Terapia aba - terapia ocupacional - pediátricas especiais	140	29,15	4.080,51
Terapia aba - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	110	29,15	3.206,12
Metodo bobath - terapia ocupacional neurológica especial	1	29,15	29,15
Metodo teacch - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo teacch - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo denver - psicologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo denver - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Metodo denver - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1	29,15	29,15
Integração sensorial - terapias pediátricas especiais	10	36,92	369,19
Psicopedagogia - terapias pediátricas especiais	182	31,46	5.725,11
Consulta psicólogo por teleatendimento	1	28,22	28,22
Sessão psicólogo por teleatendimento	1	28,22	28,22
Consulta nutricionista por teleatendimento	1	28,22	28,22
Consulta fonoaudiólogo por teleatendimento	1	28,22	28,22
Sessão fonoaudiólogo por teleatendimento	1	28,22	28,22
Consulta terapeuta ocupacional por teleatendimento	1	28,22	28,22
Sessão terapia ocupacional por teleatendimento	1	28,22	28,22
Total estimado ano (R\$)			487.876,82
Total estimado mês (R\$)			40.656,40

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

A execução deste objeto visa a manutenção de assistência médica disponível aos empregados do Crea-PR e seus respectivos dependentes. O objetivo principal é fornecer suporte, tranquilidade e segurança aos beneficiários do plano, cumprindo integralmente a Cláusula Décima Oitava do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022-2024 firmado entre o Crea-PR, Sindifisc-PR e Senge-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Crea-PR firmará contrato com empresa operadora de Plano de saúde para prestação de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico para todos os empregados.

A contratação de um plano de saúde complementar visa primariamente mitigar os impactos decorrentes de doenças e possíveis efeitos no desempenho dos empregados, tendo em vista que um sistema privado de assistência à saúde proporciona um acesso mais facilitado a tratamentos preventivos e de recuperação de enfermidades, independentemente de estarem relacionados ou não às atividades laborais.

Além disso, a assistência médica desempenha um papel significativo na monitorização da saúde e na satisfação dos empregados, contribuindo para a melhoria e garantia da qualidade dos serviços prestados pelo Crea-PR. Isso está alinhado com as tendências atuais das contratações públicas, onde o foco no interesse público é uma das premissas básicas, e com as práticas de gestão de recursos humanos que enfatizam a valorização das pessoas nas organizações, confirmando a qualidade de vida como um pilar fundamental.

É justificável que a Administração Pública adote medidas indiretas que beneficiem o interesse coletivo, oferecendo serviços de saúde de qualidade e eficiência a um custo acessível. Ainda no mesmo sentido, é crucial destacar a natureza contínua deste objeto, uma vez que sua prestação é essencial e constante. Adicionalmente, a ausência do objeto pode acarretar o risco potencial da aplicação de multas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), devido ao descumprimento do ACT.

Em conclusão, mesmo não sendo diretamente relacionado à atividade-fim, o objeto desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar e da saúde dos empregados, contribuindo significativamente para a melhoria do desempenho funcional. Diante dessas constatações e da falta de alternativas viáveis para atender às necessidades do Crea-PR, quanto à oferta de assistência médica aos empregados e seus dependentes, a contratação de uma solução de planos de saúde é a medida mais exigida e necessária.

A contratação do objeto pretendido está alinhada com o Planejamento Estratégico do Crea-PR, em especial no que diz respeito ao Mapa Estratégico e ao Plano Plurianual (PPA), disponíveis por meio do link: <https://www.crea-pr.org.br/ws/transparencia/planejamento/>, especificamente quanto aos itens Governança, Finalidade e Gestão, bem como no Plano de Contratações Anual - PCA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

V. DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 1) Além dos prazos indicados no capítulo II deste Termo de Referência, a implantação integral dos serviços não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, incluindo todos os sistemas, credenciamento de prestadores de serviços, fornecimento de cartões e demais providências necessárias à execução do objeto.
- 2) O prazo para o cadastro dos usuários não poderá ser superior a 72 (setenta e duas) horas, contadas do envio da solicitação pelo Crea-PR.
- 3) O prazo para atendimento e solução de problemas e assistência técnica não poderá superar 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação pelo Crea-PR.
- 4) Deverá ser apresentada a rede credenciada ESSENCIAL na ocasião do início da vigência do contrato, independente do período existente entre sua assinatura e seu efetivo início. Subsequentemente em até 60 (sessenta) dias, as especialidades da rede TRANSITÓRIA, e em até 90 (noventa) dias, as especialidades da rede MÍNIMA.
- 5) Na medida em que o Crea-PR venha necessitar da expansão da rede credenciada, seja por ampliação de municípios onde possui escritórios, por contratações de empregados ou por outra necessidade que se apresente inclusive a eventual alteração da lista a qual o município foi inicialmente enquadrado, o Contratado deverá providenciar a expansão da rede em municípios do Paraná no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da solicitação do Crea-PR.
- 6) Os relatórios e demais comunicações resultantes da execução do objeto devem ser entregues na Sede do Crea-PR.

VI. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 1) O contrato terá vigência de 36 meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, a critério do CREA-PR e na forma da legislação aplicável.
- 2) A cada 12 (doze) meses de execução do objeto, os valores a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído do Contratado - protocolado com 90 (noventa) dias de antecedência à data pretendida para implantação do reajuste - por meio do qual deverá ser apresentado o resultado da sinistralidade dos últimos 12 (doze) meses, cujo índice a ser aplicado resultará da seguinte fórmula, considerados ainda os limites subsequentes:

IR Índice de Reajuste a ser aplicado	IR = IRC (respeitados os limites MÍNIMO e MÁXIMO)
--	---

Onde:

ITEM	OBTENÇÃO	DESCRIÇÃO
IRC	$(RSC / R12m - 1)$	Índice de reajuste calculado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

RCS	$(DC / 0,80)$	Receita Calculada para atingir a sinistralidade contratual
DC	$[(D12m * IANSIF) + D12m]$	Despesa corrigida pelo IANSIF
D12m	Despesa anual / 12	Despesa mensal média do contrato dos últimos 12 meses
IANSIF	Publicação da ANS	Índice de reajuste autorizado pela ANS para planos de saúde individuais ou familiares
R12m	Receita anual / 12	Receita mensal média dos últimos 12 meses (mensalidades + coparticipação)

Limites do IR:

Limite Mínimo	0% (sem reajuste)	O Índice Mínimo será de 0% (sem reajuste) do IANSIF
Limite Máximo	300%	O Índice Máximo será de 300% do IANSIF

O limite do IR está vinculado à sinistralidade apurada no período e será aplicado conforme destacado no quadro abaixo:

Sinistralidade Contratual	Sinistralidade apurada no período (%)	Limite Mínimo (do IANSIF)	Limite Máximo (do IANSIF)
80%	Entre 70% e 90%	50%	175%
	Entre 65% e 69,99% ou Entre 90,01% e 95%	30%	200%
	Abaixo de 65% ou Acima de 95%	0%	300%

VII. DO REGIME E DA ADJUDICAÇÃO

- 1) Regime: preço unitário.
- 2) Adjudicação: menor preço global.

VIII. DO PAGAMENTO

- 1) O pagamento será efetuado mensalmente em até 07 (sete) dias úteis após a execução e aceite do objeto, ocasião em que deverá ser emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação. Deve ser observado que, além da comprovação da regularidade junto à CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais do Contratado e serem apresentados os relatórios constantes do Capítulo II deste Termo de Referência.

- 2) Relativamente aos beneficiários INATIVOS e seus dependentes, o Contratado deverá realizar a cobrança individualizada diretamente ao beneficiário, inclusive no que diz respeito aos valores (boleto bancário), elaboração, emissão, envio, cobrança e providências necessárias quanto às inadimplências, se for o caso, em cumprimento aos artigos 30 e 31 da Lei n.º 9.656/1998.

IX. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conta: 6.2.2.1.1.01.04.01.003 – Plano de Saúde

X. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 1) A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, por equipe nomeada pela Presidência do Crea-PR, ou por preposto expressamente indicado, que poderá ser substituído conforme conveniência e oportunidade da Administração.
- 2) A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do Crea-PR, não exclui e nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

XI. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O instrumento convocatório disporá da forma e dos critérios para a seleção.

XII. DAS SANÇÕES

- 1) A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão do Contratado relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021, bem como facultará ao Crea-PR a exigir perdas e danos, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:
 - a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de inexecução parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa do Contratado, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do Crea-PR, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo indicados nas alíneas “c” e “d”, conforme o caso;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais;

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
1	0,2 %	Não aplicável	1 ano
2	1 %	1 ano	2 anos
3	3 %	2 anos	3 anos

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais.

TABELA 2			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
4	5 %	3 anos	6 anos

TABELA 3			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Dar causa à inexecução parcial	1	Por ocorrência
2	Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano ao Crea-PR, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	2	Por ocorrência
3	Dar causa à inexecução total.	3	Por ocorrência
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução.	4	Por ocorrência
6	Praticar ato fraudulento na execução.	4	Por ocorrência
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	4	Por ocorrência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	4	Por ocorrência
---	--	---	----------------

- 2) Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da execução do objeto, de forma injustificada, por mais de 05 (cinco) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação das sanções anteriormente descritas, sendo a multa aplicada sobre a parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.
- 3) Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:
 - a) 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;
 - b) 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.
- 4) Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção correspondente, quando:
 - a) Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 10 (dez) dias;
 - b) O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.
- 5) As sanções poderão ser aplicadas ao Contratado juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.
- 6) O Crea-PR observará a boa-fé do Contratado e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao Crea-PR ou a terceiros.
- 7) Na aplicação das sanções o Crea-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes do Contratado, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.
- 8) Na hipótese de o Contratado não possuir valor a receber do Crea-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.
- 9) O Crea-PR, cumulativamente, poderá:
 - a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
 - b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado ao Contratado, independentemente de notificação extrajudicial.
- 10) Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, o Contratado será intimado a apresentar defesa escrita e a especificar as provas que pretende produzir, e ainda, se for o caso, as alegações finais, ambas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da notificação eletrônica (e-mail de contato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

informado na proposta de preço), de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

- 11) O pagamento de eventual multa não exime o Contratado de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao Crea-PR.
- 12) As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do Contratado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, e ainda no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis.

XIII. DA GARANTIA CONTRATUAL

O Contratado deverá prestar, a título de garantia contratual, o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do objeto. A referida garantia terá o prazo de validade idêntica ao contrato, que poderá ser estendida na hipótese de sinistro. A efetivação da garantia deverá ser comprovada em até (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, podendo o Contratado optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, nos termos do art. 97 da Lei n.º 14.133/2021; ou
- c) Fiança bancária.

XIV. DA ELABORAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado pelos subscritores, integrantes requisitantes da Equipe de Planejamento, em conformidade com a legislação específica e de acordo com a necessidade do Crea-PR.

À consideração e aprovação da Presidência do Conselho.

Assinado eletronicamente em 12/04/2024.

Leonidas Camilo Junior
Facilitador

Assinado eletronicamente em 12/04/2024.

Marcia do Rocio Viana
Assessora Administrativa

Despacho do Ordenador de Despesas:

Com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 aprovo o Termo de Referência.

Assinado eletronicamente em 18/04/2024.

Clodomir Luiz Ascari
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1 - IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão social:

CNPJ: *e-mail:* Telefone: () *homepage:*

Endereço: CEP: Cidade: Estado:

Pessoa de contato: Cargo: Telefone: () Celular: () *e-mail:*

Dados bancários para pagamento: Banco: Agência: Operação: Conta:

Representante legal que assinará o Contrato: *e-mail:*

2 – PREÇOS

Prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, por meio de operadora de plano ou seguro de saúde:

TABELA A - MENSALIDADES					
FAIXAS ETÁRIAS	QUANTIDADES		VALORES (R\$)		TOTAIS
	Individual	Enfermaria	UNITÁRIOS		
			Individual	Enfermaria	
0 a 18 anos	99	90			
19 a 23 anos	21	16			
24 a 28 anos	26	19			
29 a 33 anos	33	20			
34 a 38 anos	72	25			
39 a 43 anos	96	20			
44 a 48 anos	76	15			
49 a 53 anos	55	12			
54 a 58 anos	53	15			
59 anos ou mais	89	70			
TOTAIS	620	302	Total mensalidades (A)		
Total mensal estimado dos procedimentos (B)					
VALOR GLOBAL ESTIMADO (A+B) X 36					

TABELA B - SERVIÇOS COPARTICIPAÇÃO

Descrição serviço	Quantidades estimadas ano	Copaticipação (por serviço)	Total (estimado por ano)
Consulta em consultório (no horário normal ou preestabelecido)	4654		
Consulta em pronto socorro	952		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Consulta médica de plantão por teleatendimento	0		
Tele consulta	1		
Interconsulta por teleatendimento	1		
Avaliação terapias pediátricas especiais	1		
Atividade educacional para planejamento familiar	1		
Consulta de aconselhamento para planejamento familiar	1		
Atendimento ao familiar do adolescente	1		
Atendimento pediátrico a gestantes (3º trimestre)	1		
Atendimento ambulatorial em puericultura (com diretriz clínica definida pela ANS – nº 2)	38		
Avaliação geriátrica ampla - AGA (com diretriz clínica definida pela ANS - nº 1)	2		
Adaptação e treinamento de recursos ópticos para visão subnormal (por sessão) - binocular	1		
Amputação bilateral (preparação do coto)	1		
Amputação bilateral (treinamento protético)	1		
Amputação unilateral (preparação do coto)	1		
Amputação unilateral (treinamento protético)	1		
Assistência fisiátrica respiratória em pré e pós-operatório de condições cirúrgicas	1		
Ataxias	1		
Atendimento fisiátrico no pré e pós-operatório de pacientes para prevenção de sequelas	20		
Atendimento fisiátrico no pré e pós-parto	1		
Biofeedback com EMG	1		
Desvios posturais da coluna vertebral	1		
Disfunção vesico-uretral	1		
Distrofia simpático-reflexa	1		
Distúrbios circulatórios arteriovenosos e linfáticos	1		
Doenças pulmonares atendidas em ambulatório	10		
Exercícios para reabilitação do asmático (ERAC) - por sessão coletiva	1		
Exercícios para reabilitação do asmático (ERAI) - por sessão individual	1		
Hemiparesia	1		
Hemiplegia	1		
Hemiplegia e hemiparesia com afasia	1		
Hipo ou agenesia de membros	1		
Lesão nervosa periférica afetando mais de um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	4		
Lesão nervosa periférica afetando um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	1		
Miopatias	60		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Paciente com D.P.O.C. em atendimento ambulatorial necessitando reeducação e reabilitação respiratória	1		
Paciente em pós-operatório de cirurgia cardíaca, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	1		
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório de 8 a 24 semanas	1		
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório, até 8 semanas de programa	1		
Pacientes com doenças neuro-músculo-esqueléticas com envolvimento tegumentar	40		
Pacientes sem doença coronariana clinicamente manifesta, mas considerada de alto risco, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	1		
Paralisia cerebral	1		
Paralisia cerebral com distúrbio de comunicação	1		
Paraparesia/tetraparesia	22		
Paraplegia e tetraplegia	1		
Parkinson	1		
Patologia neurológica com dependência de atividades da vida diária	1		
Patologia osteomioarticular em um membro	152		
Patologia osteomioarticular em dois ou mais membros	408		
Patologia osteomioarticular em um segmento da coluna	44		
Patologia osteomioarticular em diferentes segmentos da coluna	138		
Patologias osteomioarticulares com dependência de atividades da vida diária	200		
Recuperação funcional pós-operatória ou por imobilização da patologia vertebral	1		
Processos inflamatórios pélvicos	1		
Queimados - seguimento ambulatorial para prevenção de sequelas (por segmento)	1		
Reabilitação de paciente com endoprótese	1		
Reabilitação labiríntica (por sessão)	1		
Reabilitação perineal com biofeedback	32		
Recuperação funcional de distúrbios craniofaciais	1		
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia os teomioarticular com complicações neurovasculares afetando mais de um membro	1		
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia os teomioarticular com complicações neuro vasculares afetando um membro	50		
Retardo do desenvolvimento psicomotor	1		
Sequelas de traumatismos torácicos e abdominais	1		
Sequelas em politraumatizados (em diferentes segmentos)	62		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sinusites	1		
Reabilitação cardíaca supervisionada. Programa de 12 semanas. Duas a três sessões por semana (por sessão)	1		
Sessão de psicoterapia de grupo (por paciente) (médico)	1		
Sessão de psicoterapia individual (médico)	1		
Sessão de psicoterapia infantil (médico)	1		
Psicomotricidade aquática	1		
Psicomotricidade	1		
Pediasuit	1		
Terapias vestes terapêuticas (manutenção)	1		
Fisioterapia neurológica especial	92		
Therapy taping/kinesio taping (sessões de fisioterapia com bandagens)	1		
Método bobath (sessões de fisioterapia)	1		
CME (cuervas medek exercises) sessões de fisioterapia	1		
Estimulação visual	1		
Equoterapia (sessões de fisioterapia)	1		
Thera togs - sessão	1		
Terapias vestes terapêuticas (intensivo)	1		
Assistência fisiátrica respiratória em paciente internado com ventilação mecânica	8		
Eletroestimulação do assoalho pélvico e/ou outra técnica de exercícios perineais	1		
Assistência fisiátrica respiratória em doente clínico internado	8		
Pacientes com doença isquêmica do coração, hospitalizado, até 8 semanas de programa	1		
Pacientes em pós-operatório de cirurgia cardíaca, hospitalizado, até 8 semanas de programa	1		
Acupuntura por sessão	296		
Estimulação elétrica transcutânea (com diretriz definida pela ANS- nº 24)	24		
Testes do desenvolvimento (escala de denver e outras)	1		
Repertorizacao (inclui consulta)	1		
Sessão de psicomotricidade individual	46		
Consulta individual ambulatorial, em terapia ocupacional	2		
Sessão individual ambulatorial, em terapia ocupacional	1		
Sessão individual hospitalar, em terapia ocupacional	1		
Sessão de terapia ocupacional para treinamento órteses, próteses e adaptações	1		
Consulta ambulatorial em fisioterapia	46		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	36		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial no pré ou pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário e reprodutor, e/ou proctológico	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema cardiovascular	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar no pré e pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar por alterações endocrino-metabólicas	1		
Hidroterapia	1		
Psicologia terapias pediátricas especiais	94		
Terapia ocupacional especializada	76		
Fonoaudiologia especializada	118		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário, reprodutor e/ou proctológico	1		
Sessão de psicoterapia individual por psicólogo	734		
Consulta ambulatorial por nutricionista (com diretriz definida pela ANS - nº 103)	62		
Consulta individual ambulatorial de fonoaudiologia	1		
Sessão individual ambulatorial de fonoaudiologia	36		
Sessão individual hospitalar de fonoaudiologia	1		
Orientação fonoaudiológica aos pais/escolar/cuidador	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	1		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual por alterações endócrino-metabólicas	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente dependente com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com assistência ventilatória	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem assistência ventilatória	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem Assistência Ventilatória Mecânica	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com Assistência Ventilatória Mecânica	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência parcial com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	1		
Consulta com enfermeiro obstetra ou obstetriz (com diretriz definida pela ANS - nº 135)	1		
Musicoterapia - por sessão	78		
Consulta ambulatorial em psicologia	2		
Consulta hospitalar em psicologia	138		
Terapia aba - psicologia - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo bobath - fisioterapia neurológica especial	1		
Metodo cuevas medek exercises (cme) - fisioterapia neurológica especial	1		
Metodo teacch - psicologia - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo pecc - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1		
Terapia aba - terapia ocupacional - pediátricas especiais	140		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Terapia aba - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	110		
Metodo bobath - terapia ocupacional neurológica especial	1		
Metodo teacch - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo teacch - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo denver - psicologia - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo denver - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	1		
Metodo denver - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	1		
Integração sensorial - terapias pediátricas especiais	10		
Psicopedagogia - terapias pediátricas especiais	182		
Consulta psicólogo por teleatendimento	1		
Sessão psicólogo por teleatendimento	1		
Consulta nutricionista por teleatendimento	1		
Consulta fonoaudiólogo por teleatendimento	1		
Sessão fonoaudiólogo por teleatendimento	1		
Consulta terapeuta ocupacional por teleatendimento	1		
Sessão terapia ocupacional por teleatendimento	1		
		Total estimado ano (R\$)	
		Total estimado mês (R\$)	

Prazo de execução do objeto: conforme o Termo de Referência.

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Declaramos que as redes de atendimento e especialidades essencial, transitória e mínima, estarão disponíveis conforme os prazos indicados no Termo de Referência e na respectiva minuta contratual, sob a pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas para a inadimplência.

Declaramos também que estamos cientes e concordamos com as condições do edital e seus anexos, bem como que esta proposta compreende a integralidade dos custos para a execução do objeto, inclusive quanto ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até esta data.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º ____/____/____

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, neste ato representado por seu Presidente, o engenheiro _____, doravante denominado simplesmente CREA-PR, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, a seguir denominado CONTRATADO, tendo em vista a Ordenação de Despesas n.º ____/____ que autorizou a sua lavratura, e ainda o que consta no Processo n.º ____/____-____, em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Edital de Licitação n.º ____/____ - Pregão n.º ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento.

§1º. A execução do objeto dar-se-á por intermédio de estabelecimentos comerciais e profissionais habilitados, de acordo com a Lei n.º 9.658/1998 e demais regulamentos da Agência Nacional de Saúde – ANS, e ainda da Lei n.º 8078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

§2º. O plano deverá considerar as seguintes definições de usuários:

- a) TITULAR, é o empregado do CREA-PR (permanecem os titulares ativos já inscritos no contrato existente).
- b) DEPENDENTE(S), podem ser:
 - i) Cônjuge, sem eventual concorrência com o(a) companheiro(a);
 - ii) Companheiro(a), havendo união estável sem eventual concorrência do cônjuge;
 - iii) Filho(a) solteiro(a) com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - iv) Companheiro ou companheira na união homoafetiva, obedecidos aos mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
 - v) Menor sob a guarda judicial ou tutela;
 - vi) Filho(a) do cônjuge, solteiro e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - vii) Neto(a) solteiro(a) e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente até 34 (trinta e quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;
 - viii) Filhos incapazes sem limite de idade;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ix) Os dependentes ativos já inscritos no contrato em vigor, independentemente dos critérios constantes dos subitens anteriores.
- c) INATIVO: aposentados ou demitidos sem justa causa, bem como a seus dependentes beneficiários do plano, serão aplicadas as regras contidas nos artigos 30 e 31 da Lei n.º 9.656/1998, bem como o artigo 24 da RN n.º 279/2011 da ANS, ou de outra que a substitua.

§3º. O CREA-PR será responsável por todas as comunicações de inclusões e exclusões de beneficiários junto ao CONTRATADO. Nesse sentido:

- a) O CONTRATADO deverá disponibilizar solução eletrônica ou automatizada para que o CREA-PR informe mensalmente as movimentações de inclusões, alterações e/ou exclusões de beneficiários.
- b) As comunicações formalizadas até o dia 20 (vinte) de cada mês deverão ter as informações incluídas no plano até o primeiro dia útil do mês subsequente ao envio (prazo normal).
- c) O procedimento do CONTRATADO deve prever ainda a opção para inclusão em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do CREA-PR, quando se referir a inclusão de recém-nascidos e recém-contratados.
- d) No caso de exclusão de beneficiário, cabe ao CONTRATADO o bloqueio da utilização dos serviços.

§4º. Quanto às carências, deve ser observado pelo CONTRATADO:

- a) Não poderá haver carência aos titulares, bem como de seus dependentes que solicitarem inclusão ao plano em até 60 dias após a assinatura do contrato.
- b) Não poderá haver carência aos novos titulares e seus dependentes, que tiverem sua inclusão ao plano solicitada em até 30 dias após a sua contratação ou posse no CREA-PR.
- c) Não poderá haver carência ao(à) filho(a) de titular que solicitar sua inclusão ao plano em até 30 (trinta) dias após o parto, ou adoção.

§5º. Os casos não incluídos anteriormente estarão sujeitos às seguintes carências, para os respectivos procedimentos:

- a) Urgência e Emergência: 24 (vinte e quatro) horas.
 - i) Emergência são os atendimentos definidos como aqueles que implicarem risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizada em declaração do médico assistente.
 - ii) Urgência são os atendimentos entendidos como resultantes de acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional.
 - iii) Decorridas 24 (vinte e quatro) horas de vigência do contrato ou adesão ao plano, será garantida a cobertura sem restrições para atendimentos médicos cobertos decorrentes de acidentes pessoais.
- b) Consultas médicas: 30 (trinta) dias.
- c) Análises clínicas, exames anatomopatológicos e citológicos (exceto necropsia), raios-X simples e contrastados, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ultrassonografia: 30 (trinta) dias.
- d) Fisioterapias: 180 (cento oitenta) dias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- e) Consultas ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional: 180 (cento e oitenta) dias.
- f) Demais coberturas (exceto parto a termo): 180 (cento e oitenta) dias.
- g) A termo, assim definidos aqueles que ocorrerem a partir da 37ª semana de gravidez: 300 (trezentos) dias.

§6º. Os períodos de carência já cumpridos por beneficiário em outro plano de saúde deverão ser aproveitados para redução dos prazos descritos no parágrafo anterior, após análise do CONTRATADO quanto à compatibilidade de cobertura dos planos, de acordo com a RN 438/18 da ANS, ou de outra que a substitua.

§7º. Sempre que houver negativa para aproveitamento de cobertura, o CONTRATADO deverá encaminhar justificativa por escrito ao CREA-PR no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a decisão.

§8º. Além das hipóteses descritas nos parágrafos anteriores, não poderá existir qualquer outro tipo de carência, nem imposição de limitações quanto à idade. Também não poderá haver limites quantitativos ou qualitativos de internação hospitalar e/ou UTI.

§9º. Os beneficiários contribuirão com coparticipação somente em consultas e nos procedimentos de terapias de sessões de fisioterapia, acupuntura, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição e psicoterapia, cujos valores e critérios estão dispostos neste instrumento. Não haverá cobrança de coparticipação quando se tratar de quaisquer procedimentos realizados durante internações, bem como em procedimentos complexos, como tratamentos de neoplasia.

§10. O plano deverá atender às exigências da Lei n.º 9.656/98 e respectivas resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como de cobertura assistencial mínima com as seguintes características:

- a) Consultas médicas em número ilimitado, em todas as especialidades, diretamente nos consultórios dos médicos credenciados.
- b) Consultas médicas de emergência (24 horas - 07 dias por semana), bem como cirurgias de pequeno porte, curativos, aplicação de injeções, inalações, repouso para observações clínicas e serviços afins nos hospitais e pronto-socorro credenciados, conforme legislação e normatização vigentes.
- c) Consultas e sessões com nutricionista, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, e ainda consultas e sessões de psicoterapia, todas obedecendo ao mínimo regulamentado pela ANS, exceto na hipótese de prescrição médica, devidamente justificada, situação está em que a operadora deverá prover a cobertura necessária.
- d) Internamento hospitalar clínico e cirúrgico, bem como em centros e unidades de terapia intensiva e isolamento, sem limite de diárias; serviços de enfermagem, nutrição, fisioterapia, taxa de sala de cirurgia e/ou gesso, medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, diálise e hemodiálise, e demais equipamentos e materiais utilizados durante o internamento. No que se referem às acomodações, o CONTRATADO deve considerar:
 - i) Apartamento individual: com banheiro privativo e direito a um acompanhante, independentemente da idade do paciente.
 - ii) Enfermaria: conforme normas estabelecidas pela ANS, inclusive para acompanhantes de menores e idosos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iii) O titular poderá optar pelo tipo de acomodação, enfermaria ou apartamento individual, podendo ainda contratar acomodação diferente da sua para seus dependentes.
- iv) O tipo de acomodação de seus dependentes é uma opção do titular, contudo a operadora poderá exigir uma permanência mínima de até 12 (doze) meses para efetivar nova alteração.
- v) Honorários médicos de cirurgião, clínico, anestesistas, instrumentadores e especialistas;
- e) Atendimento obstétrico, incluindo analgesia do parto, e cobertura assistencial ao recém-nascido, durante os trinta dias após o parto.
- f) Transtornos psiquiátricos e dependência química, bem como a internação hospitalar para estes tratamentos, seguindo a normatização da Resolução do CONSU n.º 11/1998 e suas atualizações, ou de outra que a substitua.
- g) Tratamento de doenças infectocontagiosas, incluindo síndrome de imunodeficiência adquirida, sem limitação de diárias.
- h) Todo e qualquer exame complementar e/ou auxiliar solicitado pelo médico, incluindo, dentre outros, exame de análise clínica, exames moleculares, anatomopatologia, cito patologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, eco cardiografia, cineangiocoronariográfica, cateterismo, holter, laparoscopia e videolaparoscopia, mamografia, endoscopia e broncoscopia e medicina nuclear.
- i) Remoção de pacientes, quando necessário, visando a transferência de hospital. A transferência deverá ser efetuada por meio de ambulância ou UTI móvel, conforme a necessidade do paciente, a ser definida pelo médico responsável.
- j) Medicamentos e sessões de quimioterapia e radioterapia, ambulatorial e hospitalar, sem limite do número de sessões.
- k) Sessões de fisioterapia, conforme solicitação do médico, sem limite de quantidade.
- l) Prótese e órtese relacionados ao ato cirúrgico, bem como a sua manutenção, restauração e substituição.
- m) Transplante de rim e córnea, conforme legislação vigente.
- n) Procedimento do tipo *cross-linking* do colágeno da córnea.

§11. O CONTRATADO deverá garantir o atendimento aos beneficiários de acordo com os prazos máximos estipulados na RN 259/2011, RN 395/16 e RN 424/17 da ANS, ou de outras que a substituam, devendo:

- a) Priorizar o atendimento dos casos em que houver risco à saúde do beneficiário, inclusive apresentando alternativas de solução à situação apresentada.
- b) Em caso de necessidade de realização de perícia ou auditoria sobre procedimentos médicos-clínico-hospitalares, nos termos da RN 259/2011, sempre que o resultado for pela negativa de cobertura, o CONTRATADO deverá encaminhar justificativa por escrito ao CREA-PR no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§12. Por ocasião da inclusão no plano, o CONTRATADO deverá fornecer, no mínimo:

- a) Cartão de identificação (magnético ou com microprocessador, caso de meio físico ou ainda virtual, via aplicativo), contendo impresso a denominação do CREA-PR e o nome do respectivo beneficiário. Os cartões deverão ser enviados ao CREA-PR, que por sua vez os encaminhará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

aos beneficiários, bem como o acesso ao cartão virtual do beneficiário e dependentes e demais serviços no respectivo aplicativo. A dispensa da emissão do cartão de identificação só poderá ocorrer mediante autorização do CREA-PR.

- b) Orientação sobre o funcionamento do Plano de Saúde aos beneficiários titulares, por meio remoto ou equivalente, com o intuito de demonstrar as peculiaridades operacionais do CONTRATADO, prestando esclarecimentos gerais e respondendo aos questionamentos do público.
- c) Manual de orientação para a correta utilização do plano e relação atualizada contendo a rede credenciada, ambos por meio eletrônico e acessível por internet e aplicativo.
- d) Acesso eletrônico ou por meio de portal do CONTRATADO, do relatório demonstrativo de todos os serviços que tenha utilizado, incluindo, separadamente, os seus dependentes.

§13. Na ocorrência do óbito do Beneficiário Titular, o(s) seu(s) dependente(s), inscritos há mais de 6 (seis) meses, terão direito aos serviços previstos no plano gratuitamente, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do óbito.

- a) Excetuam-se do prazo de inscrição mínima de 6 (seis) meses os filhos recém-nascidos ou que vierem a nascer, desde que comprovada a fecundação antes do falecimento;
- b) Excetuam-se da lista de dependentes aptos a receberem o benefício aqueles indicados no §2º, alínea “b”, subitem “vii” e ainda na alínea “c”:

Neto(a) solteiro(a) e com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que tenha ingressado na condição de dependente 34 (trinta e quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade;

INATIVO, aposentados ou demitidos sem justa causa, bem como a seus dependentes beneficiários do plano.

- c) Para a efetivação do benefício previsto, os dependentes e/ou beneficiários terão um prazo decadencial de 30 (trinta) dias para encaminhar os documentos de atualização da condição de dependente(s) ativo(s) no momento do óbito do titular.

§14. Todos os procedimentos e coberturas regulamentadas por força da Lei n.º 9.656/98, bem como as suas eventuais atualizações que resultem em inclusão de novos procedimentos, deverão ser automaticamente incorporados à cobertura do CONTRATADO. Havendo remoção de procedimento ou cobertura pelos mesmos instrumentos, estes poderão ser excluídos da cobertura do CONTRATADO mediante comunicação prévia ao CREA-PR, instruída com as respectivas justificativas legais.

§15. A cobertura dos serviços deverá ser de abrangência nacional. Nas localidades onde não haja atendimento médico, hospitalar ou laboratorial credenciado, o usuário do plano terá direito a se utilizar de consultas e/ou procedimentos médicos e hospitalares necessários por qualquer profissional ou hospital local, sendo reembolsado posteriormente pelo CONTRATADO, conforme prevê a RN 259/11 da ANS, ou de outra que a substitua.

- a) Mediante a comprovação da despesa efetiva, assim considerado o documento fiscal ou o recibo contendo a descrição do serviço e o valor pago, o reembolso será realizado pelo valor apresentado, cujo limite será o contido na tabela do CONTRATADO
- b) O reembolso deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da comprovação ao CONTRATADO diretamente ao titular, por intermédio de depósito bancário, e com a devida comunicação ao CREA-PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Por ocasião da suspensão da execução do objeto, originada na rescisão ou término da vigência contratual, o CONTRATADO estará obrigado a garantir o atendimento do usuário do plano que estiver em tratamento interno (internado) ou em outra condição que represente risco à paralisação do atendimento em andamento. Nas mesmas situações, cabe ainda ao CONTRATADO providenciar a transferência do plano à nova operadora, sem prejuízo ao CREA-PR ou ao beneficiário.

§16. Mensalmente o CONTRATADO deverá encaminhar ao CREA-PR, em meio eletrônico, compatível com o aplicativo Excel, os relatórios que demonstrem as seguintes informações:

- a) Demonstrativo da sinistralidade, discriminando todas as informações de custos e receitas do período.
- b) Demonstrativo de utilizações global:
- i) Titular e seus dependentes que utilizaram o plano;
 - ii) Data do atendimento;
 - iii) Procedimento realizado;
 - iv) Prestador de serviços;
 - v) Quantidade;
 - vi) Custo.
- c) Relatório de custos por categorias:
- i) Consultas – quantidade e custo;
 - ii) Exames simples – quantidade e custo;
 - iii) Exames complexos – quantidade e custo;
 - iv) Terapias – quantidades e custo;
 - v) Internamentos (diárias, taxas, honorários) quantidades e custo.
- d) Relatório cadastral: cadastro por família em ordem alfabética, com data de nascimento, sexo, grau dependência, data de inclusão e plano.
- e) Outras informações relativas ao contrato e a sua execução que o CREA-PR venha a entender necessárias, desde que formalmente comunicadas ao CONTRATADO com 30 (trinta) dias de antecedência.

§17. A execução do objeto deve ser uniforme e abrangente, compatível os seguintes dados demográficos existentes na data da emissão deste instrumento, que poderão variar durante a vigência do contrato, conforme a alteração do quadro de empregados e seus dependentes:

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
0 a 18 anos			
19 a 23 anos			
24 a 28 anos			
29 a 33 anos			
34 a 38 anos			
39 a 43 anos			
44 a 48 anos			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

49 a 53 anos			
54 a 58 anos			
mais de 58 anos			
Total			

§18. O CONTRATADO deverá disponibilizar aos beneficiários ferramenta de consulta *on-line*, com acesso restrito com *login* e senha, possibilitando a consulta do extrato completo da utilização, demonstrado as datas de todos os procedimentos e respectivos valores de coparticipação cobrados mensalmente.

§19. A execução do objeto deverá ser realizada por intermédio de rede própria, cooperada ou credenciada. A capacidade mínima de atendimento é obrigatória em todas as regiões indicadas neste instrumento e deverá ser comprovada por intermédio da apresentação de relação ou manual atualizado com nomes, endereços e telefone de médicos, hospitais ou clínicas de pronto atendimento e laboratórios credenciados para atendimento.

§20. As especialidades descritas pertencentes à REDE ESSENCIAL deverão estar disponíveis por ocasião do início da vigência do contrato, independente do período existente entre sua assinatura e seu efetivo início.

§21. Além da alínea anterior, de forma cumulativa, o CONTRATADO deverá disponibilizar as seguintes especialidades, nas respectivas cidades (todas no Paraná), nos prazos contados do início da vigência deste Contrato:

- Em até 60 (sessenta) dias, as especialidades da REDE TRANSITÓRIA.
- Em até 90 (noventa) dias, as especialidades da REDE MÍNIMA.
- Em caso de municípios de outros Estados que apresentem conurbação ou semi-conurbação com município do Paraná, sua rede credenciada pode ser considerada para fins de atendimento ao item relativo a respectiva rede.

Especialidades	Cidades					
	Lista I	Lista II	Lista III	Lista IV	Lista V	Lista VI
REDE ESSENCIAL						
Hospital Maternidade	3	1	1	1	1	0
Pronto Socorro	3	1	1	1	1	0
Laboratórios	3	1	1	1	1	0
Cirurgia Geral	2	1	1	1	0	0
Clínica Geral	2	1	1	1	1	0
REDE TRANSITÓRIA						
Hospital Maternidade	5	3	1	1	1	0
Pronto Socorro	5	2	1	1	1	1
Laboratórios	5	3	1	1	1	0
Cirurgia Geral	4	2	1	1	0	0
Clínica Geral	4	2	2	1	1	0
Gastrenterologia	4	2	1	1	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	8	5	2	1	1	0
Oftalmologia	4	2	1	1	0	0
Ortopedia e Traumatologia	4	2	1	1	0	0
Otorrinolaringologia	4	2	1	1	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Pediatria	8	4	2	1	1	0
Transferência Hospitalar	1	1	1	1	1	1
REDE MÍNIMA						
Hospital Maternidade	8	5	1	1	1	0
Pronto Socorro	10	3	1	1	1	1
Laboratórios	10	5	2	1	1	0
Cirurgia Geral	8	4	2	1	0	0
Clínica Geral	8	4	2	1	1	1
Gastroenterologia	8	4	2	1	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	16	8	4	2	1	0
Oftalmologia	8	4	2	1	0	0
Ortopedia e Traumatologia	8	4	2	1	0	0
Otorrinolaringologia	8	4	2	1	0	0
Pediatria	16	8	4	2	1	0
Transferência Hospitalar	1	1	1	1	1	1
Acupuntura	4	2	1	1	0	0
Alergologista	2	1	0	0	0	0
Anestesiologista	4	2	1	0	0	0
Angiologia	4	2	1	0	0	0
Cancerologista	1	0	0	0	0	0
Cardiologia	8	4	2	1	0	0
Cardiologia Pediátrica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Buco Maxilo Facial	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Cardiovascular	2	1	0	0	0	0
Cirurgia Cardiovascular Pediátrica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Cabeça e Pescoço	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Aparelho Digestivo	4	2	1	0	0	0
Cirurgia Endocrinológica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Pediátrica	2	1	1	0	0	0
Cirurgia Plástica	2	1	0	0	0	0
Cirurgia Torácica	1	0	0	0	0	0
Cirurgia Vascular	4	2	1	0	0	0
Dermatologia	4	2	1	1	0	0
Endocrinologia	4	2	1	0	0	0
Fisioterapia	4	2	1	1	0	0
Geriatrics	2	1	0	0	0	0
Hematologia	1	0	0	0	0	0
Homeopatia	2	1	0	0	0	0
Infectologia	2	1	0	0	0	0
Mastologia	4	2	1	0	0	0
Nefrologia	2	1	0	0	0	0
Neurocirurgia	4	2	1	0	0	0
Nutrologia	4	2	1	0	0	0
Pneumologia	2	1	0	0	0	0
Psicologia	4	2	1	1	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Psiquiatria	4	2	1	1	0	0
Reumatologia	2	1	1	0	0	0
Urologia	4	2	1	1	0	0

- d) Lista I: Curitiba.
- e) Lista II: Londrina e Maringá.
- f) Lista III: Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco, Apucarana e Guarapuava.
- g) Lista IV: Cianorte, Umuarama, São Jose dos Pinhais.
- h) Lista V: Arapongas, Bandeirantes, Castro, Campo Largo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Irati, Jacarezinho, Toledo, União da Vitoria, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Ibaiti, Ivaiporã, Marechal Candido Rondon, Medianeira, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Realeza, Rio Negro, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba.
- i) Lista VI: Guaratuba, Laranjeiras do Sul, Sarandi, Cambé, Rolândia, Araucária, Colombo, Palotina e Pinhais.

§22. Além dos demais prazos indicados anteriormente, a implantação integral dos serviços não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, contados da assinatura desse contrato, incluindo todos os sistemas, credenciamento de prestadores de serviços, fornecimento de cartões e demais providências necessárias à execução do objeto.

§23. O prazo para o cadastro dos usuários não poderá ser superior a 72 (setenta e duas) horas, contadas do envio da solicitação pelo CREA-PR.

§24. O prazo para atendimento e solução de problemas e assistência técnica não poderá superar 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação pelo CREA-PR.

§25. Deverá ser apresentada a rede credenciada ESSENCIAL na ocasião do início da vigência desse contrato, independente do período existente entre sua assinatura e seu efetivo início. Subsequentemente em até 60 (sessenta) dias, as especialidades da rede TRANSITÓRIA, e em até 90 (noventa) dias, as especialidades da rede MÍNIMA.

§26. Na medida em que o CREA-PR venha necessitar da expansão da rede credenciada, seja por ampliação de municípios onde possui escritórios, por contratações de empregados ou por outra necessidade que se apresente inclusive a eventual alteração da lista a qual o município foi inicialmente enquadrado, o CONTRATADO deverá providenciar a expansão da rede em municípios do Paraná no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da solicitação do CREA-PR.

§27. Os relatórios e demais comunicações resultantes da execução do objeto devem ser entregues na Sede do CREA-PR.

§28. A execução do objeto dar-se-á pelo regime de preço unitário.

§29. Vinculam-se a este instrumento, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A proposta do CONTRATADO;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

O prazo de vigência da contratação é de 36 meses, contados assinatura do contrato pelo representante legal do CREA-PR, prorrogável por até 10 (dez) anos.

§1º. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CREA-PR, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar demonstrada a prestação dos serviços com natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada informação de que o CREA-PR mantém interesse na continuidade da execução do objeto;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

§2º. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§3º. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

§4º. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

§5º. Não poderá ser efetuada a prorrogação quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedado ao CONTRATADO transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, sem a concordância prévia e formal do CREA-PR, os direitos e/ou obrigações assumidas por meio deste Contrato.

§1º. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto, sob a pena de rescisão deste instrumento e aplicação das sanções previstas para inadimplência parcial ou total, conforme o caso, a ser determinada de acordo com a parcela do objeto já executada e aceita pelo CREA-PR. É possível, no entanto, a critério do CONTRATADO, a subcontratação parcial, especialmente naquilo que se referir à execução simultânea do objeto em diferentes localidades. Para tanto, na subcontratação deverá ser observado:

- a) É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA-PR ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- b) O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, informando ao CREA-PR, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
- d) O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

§2º. A associação do CONTRATADO com outrem, a cessão, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser prontamente comunicadas ao CREA-PR, visando que este delibere, motivadamente, sobre a possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial para tanto, que seja comprovado o atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou este instrumento. A eventual não manutenção das condições de habilitação motivará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo a aplicação das sanções indicadas no parágrafo anterior.

§3º. A pessoa, física ou jurídica, que venha eventualmente a ser subcontratada após aprovação formal do CREA-PR, deverá atender no mínimo, às seguintes exigências:

- a) Não haver sido declarada suspensão do direito de licitar ou declarada inidônea perante o CREA-PR ou na esfera da União;
- b) Não haver sido declarada a sua falência.
- c) Estar regular no recolhimento de tributos e contribuições perante todas as esferas governamentais;
- d) Estar regularmente registrada perante o seu conselho profissional competente, se for o caso.

§4º. O CONTRATADO se declara ciente de ser o único responsável pela eventual execução do objeto por suas subcontratadas, incidindo sobre ele a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas.

§5º. A inobservância das disposições previstas nesta cláusula assegura ao CREA-PR o direito de rescisão contratual, sujeitando o CONTRATADO às penalidades descritas neste instrumento, bem como na legislação.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, o CREA-PR pagará ao CONTRATADO o valor total de até R\$ _____ (_____), constituído dos seguintes valores unitários:

TABELA A – MENSALIDADES		
FAIXAS ETÁRIAS	VALORES UNITÁRIOS (R\$)	
	Individual	Enfermaria
0 a 18 anos		
19 a 23 anos		
24 a 28 anos		
29 a 33 anos		
34 a 38 anos		
39 a 43 anos		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

44 a 48 anos		
49 a 53 anos		
54 a 58 anos		
59 anos ou mais		

TABELA B - SERVIÇOS COPARTICIPAÇÃO	
Descrição serviço	Valor unitário R\$ Copaticipação (por serviço)
Consulta em consultório (no horário normal ou preestabelecido)	
Consulta em pronto socorro	
Consulta médica de plantão por teleatendimento	
Tele consulta	
Interconsulta por teleatendimento	
Avaliação terapias pediátricas especiais	
Atividade educacional para planejamento familiar	
Consulta de aconselhamento para planejamento familiar	
Atendimento ao familiar do adolescente	
Atendimento pediátrico a gestantes (3º trimestre)	
Atendimento ambulatorial em puericultura (com diretriz clínica definida pela ANS – nº 2)	
Avaliação geriátrica ampla - AGA (com diretriz clínica definida pela ANS - nº 1)	
Adaptação e treinamento de recursos ópticos para visão subnormal (por sessão) - binocular	
Amputação bilateral (preparação do coto)	
Amputação bilateral (treinamento protético)	
Amputação unilateral (preparação do coto)	
Amputação unilateral (treinamento protético)	
Assistência fisiátrica respiratória em pré e pós-operatório de condições cirúrgicas	
Ataxias	
Atendimento fisiátrico no pré e pós-operatório de pacientes para prevenção de sequelas	
Atendimento fisiátrico no pré e pós-parto	
Biofeedback com EMG	
Desvios posturais da coluna vertebral	
Disfunção vesico-uretral	
Distrofia simpático-reflexa	
Distúrbios circulatórios arteriovenosos e linfáticos	
Doenças pulmonares atendidas em ambulatório	
Exercícios para reabilitação do asmático (ERAC) - por sessão coletiva	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Exercícios para reabilitação do asmático (ERAI) - por sessão individual	
Hemiparesia	
Hemiplegia	
Hemiplegia e hemiparesia com afasia	
Hipo ou agenesia de membros	
Lesão nervosa periférica afetando mais de um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	
Lesão nervosa periférica afetando um nervo com alterações sensitivas e/ou motoras	
Miopatias	
Paciente com D.P.O.C. em atendimento ambulatorial necessitando reeducação e reabilitação respiratória	
Paciente em pós-operatório de cirurgia cardíaca, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório de 8 a 24 semanas	
Pacientes com doença isquêmica do coração, atendido em ambulatório, até 8 semanas de programa	
Pacientes com doenças neuro-músculo-esqueléticas com envolvimento tegumentar	
Pacientes sem doença coronariana clinicamente manifesta, mas considerada de alto risco, atendido em ambulatório, duas a três vezes por semana	
Paralisia cerebral	
Paralisia cerebral com distúrbio de comunicação	
Paraparesia/tetraparesia	
Paraplegia e tetraplegia	
Parkinson	
Patologia neurológica com dependência de atividades da vida diária	
Patologia osteomioarticular em um membro	
Patologia osteomioarticular em dois ou mais membros	
Patologia osteomioarticular em um segmento da coluna	
Patologia osteomioarticular em diferentes segmentos da coluna	
Patologias osteomioarticulares com dependência de atividades da vida diária	
Recuperação funcional pós-operatória ou por imobilização da patologia vertebral	
Processos inflamatórios pélvicos	
Queimados - seguimento ambulatorial para prevenção de sequelas (por segmento)	
Reabilitação de paciente com endoprótese	
Reabilitação labiríntica (por sessão)	
Reabilitação perineal com biofeedback	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Recuperação funcional de distúrbios craniofaciais	
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia os teomioarticular com complicações neurovasculares afetando mais de um membro	
Recuperação funcional pós-operatória ou pós-imobilização gessada de patologia os teomioarticular com complicações neuro vasculares afetando um membro	
Retardo do desenvolvimento psicomotor	
Sequelas de traumatismos torácicos e abdominais	
Sequelas em politraumatizados (em diferentes segmentos)	
Sinusites	
Reabilitação cardíaca supervisionada. Programa de 12 semanas. Duas a três sessões por semana (por sessão)	
Sessão de psicoterapia de grupo (por paciente) (médico)	
Sessão de psicoterapia individual (médico)	
Sessão de psicoterapia infantil (médico)	
Psicomotricidade aquática	
Psicomotricidade	
Pediasuit	
Terapias vestes terapêuticas (manutenção)	
Fisioterapia neurológica especial	
Therapy taping/kinesio taping (sessões de fisioterapia com bandagens)	
Método bobath (sessões de fisioterapia)	
CME (cuervas medek exercises) sessões de fisioterapia	
Estimulação visual	
Equoterapia (sessões de fisioterapia)	
Thera togs - sessão	
Terapias vestes terapêuticas (intensivo)	
Assistência fisiátrica respiratória em paciente internado com ventilação mecânica	
Eletroestimulação do assoalho pélvico e/ou outra técnica de exercícios perineais	
Assistência fisiátrica respiratória em doente clínico internado	
Pacientes com doença isquêmica do coração, hospitalizado, até 8 semanas de programa	
Pacientes em pós-operatório de cirurgia cardíaca, hospitalizado, até 8 semanas de programa	
Acupuntura por sessão	
Estimulação elétrica transcutânea (com diretriz definida pela ANS- n° 24)	
Testes do desenvolvimento (escala de denver e outras)	
Repertorizacao (inclui consulta)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sessão de psicomotricidade individual	
Consulta individual ambulatorial, em terapia ocupacional	
Sessão individual ambulatorial, em terapia ocupacional	
Sessão individual hospitalar, em terapia ocupacional	
Sessão de terapia ocupacional para treinamento órteses, próteses e adaptações	
Consulta ambulatorial em fisioterapia	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial no pré ou pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário e reprodutor, e/ou proctológico	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema cardiovascular	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de queimaduras	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar no pré e pós cirúrgico e em recuperação de tecidos	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar por alterações endocrino-metabólicas	
Hidroterapia	
Psicologia terapias pediátricas especiais	
Terapia ocupacional especializada	
Fonoaudiologia especializada	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar para alterações inflamatórias e ou degenerativas do aparelho geniturinário, reprodutor e/ou proctológico	
Sessão de psicoterapia individual por psicólogo	
Consulta ambulatorial por nutricionista (com diretriz definida pela ANS - nº 103)	
Consulta individual ambulatorial de fonoaudiologia	
Sessão individual ambulatorial de fonoaudiologia	
Sessão individual hospitalar de fonoaudiologia	
Orientação fonoaudiológica aos pais/escolar/cuidador	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial em grupo aos pacientes com disfunção decorrente de alterações no sistema cardiovascular	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial individual por alterações endócrino-metabólicas	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente independente ou com dependência parcial, com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente dependente com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com assistência ventilatória	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem assistência ventilatória	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório sem Assistência Ventilatória Mecânica	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com disfunção decorrente de alterações no sistema respiratório com Assistência Ventilatória Mecânica	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência parcial com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Atendimento fisioterapêutico hospitalar ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Atendimento fisioterapêutico ambulatorial ao paciente com dependência total com disfunção decorrente de lesão do sistema nervoso central e/ou periférico	
Consulta com enfermeiro obstetra ou obstetriz (com diretriz definida pela ANS - nº 135)	
Musicoterapia - por sessão	
Consulta ambulatorial em psicologia	
Consulta hospitalar em psicologia	
Terapia aba - psicologia - terapias pediátricas especiais	
Método bobath - fisioterapia neurológica especial	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Metodo cuevas medek exercises (cme) - fisioterapia neurológica especial	
Metodo teacch - psicologia - terapias pediátricas especiais	
Metodo pecs - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	
Terapia aba - terapia ocupacional - pediátricas especiais	
Terapia aba - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	
Metodo bobath - terapia ocupacional neurológica especial	
Metodo teacch - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	
Metodo teacch - fonoaudiologia - terapias pediatricas especiais	
Metodo denver - psicologia - terapias pediátricas especiais	
Metodo denver - terapia ocupacional - terapias pediátricas especiais	
Metodo denver - fonoaudiologia - terapias pediátricas especiais	
Integração sensorial - terapias pediátricas especiais	
Psicopedagogia - terapias pediátricas especiais	
Consulta psicólogo por teleatendimento	
Sessão psicólogo por teleatendimento	
Consulta nutricionista por teleatendimento	
Consulta fonoaudiólogo por teleatendimento	
Sessão fonoaudiólogo por teleatendimento	
Consulta terapeuta ocupacional por teleatendimento	
Sessão terapia ocupacional por teleatendimento	

§1º. O objeto deverá ser executado pelo CONTRATADO conforme Cláusula Primeira deste instrumento. Mensalmente deverá ser emitido e protocolado no CREA-PR o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação, observado que:

- a) O pagamento do objeto será efetuado mensalmente em até 07 (sete) dias úteis, contados da data de aceite do objeto, por meio de depósito junto ao Banco n.º _____, Agência n.º ____ Conta Corrente n.º _____, em nome do CONTRATADO, ou neste mesmo prazo, o CREA-PR devolverá ao CONTRATADO o documento fiscal e anexos, por incompatibilidade entre o requerido e o efetivamente executado.
- b) Por ocasião do protocolo do documento fiscal o CONTRATADO deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela CEF e a Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. Deverá, ainda, apresentar a comprovação da manutenção da sua regularidade quanto aos débitos trabalhistas e tributos estaduais e municipais.
- c) A comprovação da regularidade do CONTRATADO prevista na alínea anterior poderá ser efetuada pelo próprio CREA-PR, desde que possível a sua confirmação mediante simples diligência aos respectivos endereços eletrônicos. Na impossibilidade de obtenção pelo CREA-PR, via internet, de qualquer das comprovações indicadas, caberá exclusivamente ao CONTRATADO tal providência.
- d) Deverá acompanhar ainda o documento fiscal os relatórios indicados na Clausula Primeira.
- e) Ao efetuar o pagamento, serão retidos os tributos e encargos que a Lei assim determinar, dentre eles o imposto de renda e as contribuições previstas no *caput* do art. 64 da Lei n.º 9.430/96,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

salvo para as empresas comprovadamente enquadradas nas exceções predefinidas e normatizadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

- f) O valor global indicado no *caput* é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente entregues e aceitos.
- g) Relativamente aos beneficiários INATIVOS e seus dependentes, o CONTRATADO deverá realizar a cobrança individualizada diretamente ao beneficiário, inclusive no que diz respeito aos valores (boleto bancário), elaboração, emissão, envio, cobrança e providências necessárias quanto às inadimplências, se for o caso, em cumprimento aos artigos 30 e 31 da Lei n.º 9.656/1998.

§2º. Qualquer irregularidade no documento fiscal, ou nos documentos que devem seguir anexo, que comprometa a liquidação da obrigação, obrigará a apresentação de novo documento e nova contagem do prazo para pagamento. Neste sentido, a ausência da comprovação exigida na alínea “c” do parágrafo anterior não dará origem à retenção de pagamento, mas sim a comunicação ao órgão competente da existência de crédito em favor do CONTRATADO, para que este tome as medidas adequadas, sem prejuízo a eventual rescisão deste instrumento.

§3º. Cabe exclusivamente ao CONTRATADO emitir e entregar no CREA-PR, mediante protocolo, a primeira via do documento fiscal referente à execução do objeto, independentemente de o CONTRATADO possuir e adotar qualquer tipo de sistema eletrônico de faturamento.

§4º. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

- a) Recebimento provisório: será lavrado após a execução do objeto e na data da entrega do respectivo documento fiscal, não implicando em reconhecimento da regularidade da execução, nem do respectivo faturamento.
- b) Recebimento definitivo: será lavrado em até 90 (noventa) dias do encerramento da vigência deste Contrato, compreendendo a aceitação do objeto, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista do CONTRATADO e o cumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento.
- c) Certificação: a aceitação do objeto descrito no documento fiscal, segundo a quantidade, características e especificações técnicas contratadas.
- d) Não sendo o caso de termo detalhado emitido no prazo constante da alínea “b”, o recibo supre os efeitos do recebimento provisório e a certificação supre os efeitos do recebimento definitivo.
- e) O não cumprimento pelo CONTRATADO de todas as condições implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades previstas.

§5º. O CREA-PR não se responsabilizará por quaisquer obrigações não previstas neste instrumento nem fará adiantamentos de valores ao CONTRATADO, sejam de que natureza forem.

§6º. Desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma, o eventual e imotivado não pagamento por parte do CREA-PR ensejará encargos moratórios entre as datas de vencimento e do efetivo pagamento do documento fiscal, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

$$EM = \text{ encargos moratórios;}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = valor da parcela a ser paga;
I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $i/365 I = (6/100)/365 I = 0,00016438$
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

§7º. No valor constante do *caput* estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLAUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano. A cada 12 (doze) meses de execução do objeto, os valores a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído do CONTRATADO - protocolado com 90 (noventa) dias de antecedência à data pretendida para implantação do reajuste - por meio do qual deverá ser apresentado o resultado da sinistralidade dos últimos 12 (doze) meses, cujo índice a ser aplicado resultará da seguinte fórmula, considerados ainda os limites subsequentes:

IR Índice de Reajuste a ser aplicado	IR = IRC (respeitados os limites MÍNIMO e MÁXIMO)
---	--

Onde:

ITEM	OBTENÇÃO	DESCRIÇÃO
IRC	$(RSC / R12m - 1)$	Índice de reajuste calculado
RCS	$(DC / 0,80)$	Receita Calculada para atingir a sinistralidade contratual
DC	$[(D12m * IANSIF) + D12m]$	Despesa corrigida pelo IANSIF
D12m	Despesa anual / 12	Despesa mensal média do contrato dos últimos 12 meses
IANSIF	Publicação da ANS	Índice de reajuste autorizado pela ANS para planos de saúde individuais ou familiares
R12m	Receita anual / 12	Receita mensal média dos últimos 12 meses (mensalidades + coparticipação)

Limites do IR:

Limite Mínimo	0% (sem reajuste)	O Índice Mínimo será de 0% (sem reajuste) do IANSIF
Limite Máximo	300%	O Índice Máximo será de 300% do IANSIF

O limite do IR está vinculado à sinistralidade apurada no período e será aplicado conforme destacado no quadro abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Sinistralidade Contratual	Sinistralidade apurada no período (%)	Limite Mínimo (do IANSIF)	Limite Máximo (do IANSIF)
80%	Entre 70% e 90%	50%	175%
	Entre 65% e 69,99% ou Entre 90,01% e 95%	30%	200%
	Abaixo de 65% ou Acima de 95%	0%	300%

§1º. Nos eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, se for o caso, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§2º. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREA-PR

Além das obrigações constantes no Termo de Referência, são encargos do CREA-PR:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este Contrato e todos os seus anexos e referências.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- e) Comunicar o CONTRATADO para a emissão do documento fiscal que se refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade.
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato.
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas em lei e neste instrumento.
- h) Emitir decisão sobre todos os pedidos e reclamações relacionadas à execução deste Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Para tanto, o CREA-PR terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, contados do protocolo do requerimento do CONTRATADO, sendo admitida a prorrogação motivada.
- i) Cientificar o setor de representação judicial do CREA-PR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- j) Notificar o emitente da garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Parágrafo único: O CREA-PR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e de seus eventuais anexos, assumindo exclusivamente os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, respondendo, ainda, aos seguintes encargos:

- a) Manter preposto aceito pelo CREA-PR para representá-lo na execução deste Contrato.
- b) Atender às determinações regulares emitidas pela fiscalização deste instrumento ou ainda por autoridade superior.
- c) Alocar, sempre que for o caso, os recursos humanos necessários ao perfeito cumprimento deste Contrato, com habilitação e conhecimento técnico adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização deste Contrato, os componentes do objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos insumos empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CREA-PR ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CREA-PR, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso existente, o valor correspondente aos danos sofridos.
- f) Não contratar, para a execução direta ou indireta deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CREA-PR ou ainda da fiscalização ou do gestor deste instrumento.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas na execução deste Contrato, bem como fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CREA-PR.
- h) Comunicar à fiscalização deste instrumento, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique por conta da execução do objeto. Ainda no mesmo prazo, responder a todo e qualquer questionamento efetuado pela fiscalização deste instrumento.
- i) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CREA-PR ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, se for o caso e a qualquer tempo, ao local e aos documentos relativos à execução do objeto.
- j) Paralisar, por determinação da fiscalização do CREA-PR, qualquer atividade na execução do objeto que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do CREA-PR e/ou de terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- k) Promover a guarda, a manutenção e a vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário, se for o caso, à execução do objeto, durante a vigência deste Contrato.
- l) Executar o objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo as instalações do CREA-PR que eventualmente fizer uso sempre limpas e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, à fiscalização deste Contrato, para análise e manifestação, quaisquer mudanças que fujam às especificações deste instrumento e/ou dos seus anexos.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação que deu origem a este instrumento.
- p) Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.
- s) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do CREA-PR.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Este instrumento incorrerá no tratamento de dados pessoais pelas partes, abrangendo a sua coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, motivo pelo qual as pessoas físicas relacionadas neste instrumento consentem e autorizam desde já o livre fornecimento, tratamento e uso dos seus dados pessoais de forma a atender única e exclusivamente a finalidade pública prevista neste ajuste, com vistas à persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições do serviço público exercido pelo CREA-PR, estando a utilização de tais dados atrelada a uma atividade estatal e, portanto, submetida, dentre outros, ao princípio da publicidade e aos ditames da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

§1º. Os dados coletados e armazenados em virtude do presente instrumento poderão ser livremente acessados e utilizados pelo CONTRATADO desde que observados os princípios e regras previstos na LGPD.

§2º. O CREA-PR poderá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) Realizar o uso compartilhado de dados pessoais com outros entes da Administração Pública, objetivando atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e a atribuições legais de outros órgãos e entidades públicos, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da LGPD;
- b) Realizar o compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados com entes privados, nas hipóteses previstas no art. 26, §1º, da LGPD.

§3º. As partes se obrigam ao cumprimento das regras estabelecidas na LGPD quanto ao armazenamento e tratamento de dados pessoais aqui informados, de modo que os padrões, meios técnicos e processos envolvidos sejam suficientemente anonimizados e compatíveis com a execução livre e desembaraçada do objeto deste instrumento.

§4º. O CONTRATADO deverá executar o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento observando os princípios previstos na LGPD, em especial os da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

§5º. O CREA-PR declara possuir um departamento de controladoria interna, contando com a figura do *Controler* a quem compete tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (cujos dados para contato e identificação poderão ser solicitados a qualquer tempo), e adota processos internos de governança para a proteção de dados, os quais serão alterados ou adequados, conforme o caso, sempre que for necessário para o atendimento às premissas da LGPD, devendo o CONTRATADO também armazenar e tratar os dados pessoais fornecidos neste instrumento de acordo com tais premissas, adotando padrões, meios técnicos, processos e regras de *compliance*, de modo que os dados pessoais sejam considerados suficientemente protegidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ajuste.

§6º. O CONTRATADO estará passível à aplicação das sanções previstas neste Contrato no caso de haver sido constatado o descumprimento, de forma deliberada ou por incapacidade técnica, dos princípios indicados no §4º desta Cláusula, sem prejuízo à rescisão deste ajuste. As eventuais irregularidades cometidas durante a vigência deste instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, inclusive as decorrentes de práticas de mercado amplamente adotadas, serão apuradas e apenadas ainda que constatadas após a execução do objeto.

§7º. As condições previstas na Cláusula Primeira quanto à execução do objeto deste instrumento não poderão conflitar direta ou indiretamente com a LGPD ou frustrar os objetivos nela estabelecidos, devendo as partes notificarem imediatamente uma à outra no caso de identificarem qualquer ameaça ao seu cumprimento. Nesta hipótese, deverá ser instaurado o competente expediente administrativo, mediante o qual serão evidenciadas as tratativas que deram ensejo à respectiva adequação, se for o caso.

§8º. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§9º. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§10. O CREA-PR deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

§11. Uma vez terminados o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§12. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados, prepostos e assemelhados, sobre os deveres previstos na LGPD, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

§13. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

§14. O CREA-PR poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§15. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CREA-PR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações e comprovações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§16. O banco de dados formados a partir deste Contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos pelo CONTRATADO em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. O referido banco de dados deve ser desenvolvido em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CREA-PR nas hipóteses previstas na LGPD.

§17. Este Contrato está sujeito a ser alterado de forma unilateral pelo CREA-PR nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLAUSULA NONA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

O CONTRATADO deverá prestar o valor de R\$ _____ (_____), a título de garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, devendo, a referida garantia ter prazo de validade inicial idêntica à deste instrumento, que poderá ser estendida na hipótese de sinistro.

§1º. O CONTRATADO pode optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, nos termos do art. 97 da Lei n.º 14.133/2021; ou
- c) Fiança bancária.

§2º. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução deste instrumento, tais como:

- a) Prejuízos advindos da não execução do objeto deste Contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados ao CREA-PR ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo do CONTRATADO ou seus agentes, durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo CREA-PR ao CONTRATADO;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo CONTRATADO.

§3º. Na hipótese de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado junto à Caixa Econômica Federal (Banco n.º 104), agência n.º 0373, operação n.º 003, Conta Corrente n.º 600-2, mediante depósito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

identificado em favor do CREA-PR. Tal valor será transferido pelo CREA-PR para uma conta poupança, visando à sua correção e remuneração conforme regulamentação vigente, até que ocorra o previsto no §14 desta Cláusula.

§4º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

§5º. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia ou para a sua reposição, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global deste instrumento por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a um mês autoriza o CREA-PR a promover a rescisão deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular desta Cláusula.

§6º. Na hipótese de garantia na modalidade de fiança bancária, sob a pena de não ser aceita, deverá constar expressa renúncia do fiador, aos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil, e ainda:

- a) Emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao CREA-PR, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à fiança, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§7º. No caso de a prestação da garantia ser efetuada na modalidade de seguro-garantia, o CONTRATADO se obriga a:

- a) Comunicar à seguradora, para aprovação de sua apólice, eventuais alterações deste instrumento;
- b) Fazer com que o valor coberto pela apólice esteja plenamente indexado a este Contrato;
- c) Pagar junto à seguradora, na hipótese de reajustamento monetário ser superior ao estabelecido na respectiva apólice, os valores adicionais, de modo a permitir que os valores das obrigações seguradas mantenham a mesma variação prevista neste Contrato;
- d) Fazer com que a apólice vigore por todo o período de vigência exigido e somente venha a extinguir-se com o cumprimento integral de todas as obrigações oriundas deste Contrato e de seus aditamentos;
- e) Providenciar junto à seguradora os endossos referentes as eventuais modificações de vigência e/ou de valor deste Contrato.
- f) Constituir em documento único, reunindo todas as apólices, quando necessária a formalização de garantias adicionais resultantes de acréscimo, reajuste ou reequilíbrio.
- g) Sob a pena de não ser aceita, exigir da seguradora que a apólice indique:
 - i. O CREA-PR como beneficiário;
 - ii. Que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO por meio deste instrumento, inclusive as de natureza trabalhista e/ou previdenciária, até o valor limite de garantia fixado na apólice.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iii. Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à cobertura, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§8º. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CREA-PR, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

§9º. A comprovação da garantia deve ser efetuada de forma digitalizada, por intermédio do e-mail licitacao@crea-pr.org.br. O CREA-PR poderá solicitar documentos complementares, na hipótese de não ser possível confirmar a efetividade da garantia apresentada.

§10. No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou prorrogada nas mesmas condições. A forma de complementação da garantia se aplica em qualquer hipótese de reajustamento do valor contratual, inclusive na hipótese de ser firmado termo aditivo para a execução de componentes inicialmente não previstos.

§11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CREA-PR, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta do CONTRATADO, este deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificado.

§12. Toda e qualquer garantia prestada responderá pelo cumprimento das obrigações do CONTRATADO, eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo da vigência da garantia.

§13. A garantia contratual será utilizada de forma prioritária pelo CREA-PR sempre que incidir uma penalidade sobre o CONTRATADO, ou ainda, na hipótese de qualquer falha na execução dos termos deste instrumento, de acordo com os percentuais estabelecidos para cada caso. O CREA-PR poderá utilizar a garantia contratual a qualquer momento, para se ressarcir de quaisquer obrigações inadimplidas pela CONTRATADO.

§14. Após a execução do objeto deste Contrato, com o término da sua vigência, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo do CONTRATADO, mediante seu requerimento a garantia por ele prestada será liberada ou restituída pelo CREA-PR, conforme o caso, sendo considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou títulos da dívida pública, ou ainda com a transferência bancária da importância em dinheiro por ela depositada, corrigida conforme o §3º desta Cláusula.

§15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CREA-PR.

§16. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO será notificado pelo CREA-PR quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro,

§18. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto e/ou serviço que integre o objeto.

§19. O CONTRATADO autoriza o CREA-PR a reter a garantia, a qualquer tempo, na forma prevista neste Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLAUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão do CONTRATADO relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021, bem como facultará ao CREA-PR a exigir perdas e danos, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

- a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de inexecução parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa do CONTRATADO, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do CREA-PR, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo indicados nas alíneas “c” e “d”, conforme o caso;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais;

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
1	0,2 %	Não aplicável	1 ano
2	1 %	1 ano	2 anos
3	3 %	2 anos	3 anos

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais.

TABELA 2			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
4	5 %	3 anos	6 anos

TABELA 3			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Dar causa à inexecução parcial	1	Por ocorrência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

2	Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano ao Crea-PR, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	2	Por ocorrência
3	Dar causa à inexecução total.	3	Por ocorrência
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução.	4	Por ocorrência
6	Praticar ato fraudulento na execução.	4	Por ocorrência
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	4	Por ocorrência
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	4	Por ocorrência

§1º Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da execução do objeto, de forma injustificada, por mais de 05 (cinco) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação das sanções anteriormente descritas, sendo a multa aplicada sobre a parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

§2º. Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:

- 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;
- 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

§3º. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção correspondente, quando:

- Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 10 (dez) dias;
- O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.

§4º. As sanções poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

§5º. O CREA-PR observará a boa-fé do CONTRATADO e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao CREA-PR ou a terceiros.

§6º. Na aplicação das sanções o CREA-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes do CONTRATADO, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.

§7º. Na hipótese de o CONTRATADO não possuir valor a receber do CREA-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do CREA-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§8º. O CREA-PR, cumulativamente, poderá:

- a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
- b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO, independentemente de notificação extrajudicial.

§9º. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, o CONTRATADO será intimado a apresentar defesa escrita e a especificar as provas que pretende produzir, e ainda, se for o caso, as alegações finais, ambas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da notificação eletrônica (e-mail de contato informado na proposta de preço), de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§10. O pagamento de eventual multa não exime o CONTRATADO de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao CREA-PR.

§11. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do CONTRATADO junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, e ainda no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis.

§12. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação.

§14. Os débitos do CONTRATADO resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos eventualmente devidos pelo CREA-PR decorrentes deste mesmo contrato, ou ainda de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o CREA-PR.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, e após terem sido cumpridas as obrigações de ambas as partes.

§1º. Este Contrato pode também ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, a se concretizar conforme os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§2º. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa oriunda deste ajuste correrá à Conta n.º _____, consignada em orçamento próprio do CREA-PR.

Parágrafo único: a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessária, será indicada oportunamente por ocasião da liberação dos créditos correspondentes.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato, conforme determina o Art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, ficam investidos das respectivas responsabilidades os servidores a seguir descritos, que poderão ser assessorados por outros prepostos nomeados oportunamente:

- a) Gestor: __ nome, matrícula, cargo, função__;
- b) Fiscal Técnico: __ nome, matrícula, cargo, função__;
- c) Fiscal Administrativo: __ nome, matrícula, cargo, função__.

§1º. O CREA-PR poderá, no decorrer do Contrato, alterar quaisquer dos agentes nomeados por força do *caput*, ocasião em que o CONTRATADO será notificado.

§2º. O CONTRATADO se sujeitará à inspeção do objeto executado, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do CREA-PR, quer seja exercida pelo próprio CREA-PR ou pessoa por este designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos e comunicações julgadas necessárias à execução do objeto.

§3º. O acompanhamento, a fiscalização e o controle efetuados pelo CREA-PR ou por pessoa por ele designada, serão exercidos no interesse exclusivo do CREA-PR e não exime o CONTRATADO da responsabilidade exclusiva pela execução do objeto, inclusive perante terceiros.

§4º. Aos servidores indicados no *caput* compete, dentre outras atribuições:

- a) Acompanhar, fiscalizar e exigir do CONTRATADO o exato cumprimento dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive quanto às obrigações acessórias;
- b) Prestar ao CONTRATADO as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, inclusive as de ordem técnica;
- c) Anotar em registro próprio eventual intercorrência operacional, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas ao CONTRATADO;
- d) Encaminhar ao superior imediato eventual relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitem o CONTRATADO às multas ou sanções previstas;
- e) Efetuar o recebimento provisório dentro de cada esfera de atuação, elaborando um relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução deste Contrato e demais documentos que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

julgarem necessários, encaminhando-os ao gestor para o recebimento definitivo, conforme as suas orientações procedimentais.

§5º. Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Convocar reuniões com a participação dos Fiscais Técnico e Administrativo para esclarecer questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- b) Exigir a correta execução do objeto contratado, determinando eventuais correções ao CONTRATADO;
- c) Indicar eventuais glosas no pagamento;
- d) Instaurar processos de averiguação de falhas visando, se for o caso, à aplicação de sanções ao CONTRATADO;
- e) Sugerir eventuais alterações contratuais;
- f) Comunicar a falta ou a deficiência de serviços prestados;
- g) Autorizar o faturamento do objeto após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo ou da Certificação da despesa, conforme o caso.

§6º. Compete ao Fiscal Técnico, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Elaborar e assinar o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante do instrumento contratual ou na ordem de compra e/ou serviços, e do Termo de Recebimento Definitivo;
- b) Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregue e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato;
- c) Fiscalizar do contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução, verificando a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- d) Aceitar ou recusar o objeto;
- e) Manter o histórico de gestão do contrato, contendo o registro formal de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, com o apoio do Fiscal Administrativo;
- f) Identificar não conformidades na execução do objeto com os termos contratuais.

§7º. Compete ao Fiscal Administrativo, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Verificar, em conjunto com o Fiscal Técnico, a aderência do CONTRATADO aos termos contratuais;
- b) Verificar, em conjunto com o Fiscal Técnico, a manutenção das condições habilitatórias do CONTRATADO;
- c) Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária para fins de pagamento.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

As dúvidas na execução dos termos aqui estabelecidos, que modifiquem ou alterem sua substância, serão objetos de novos acordos consubstanciados em aditivos a este Contrato. A alteração de qualquer das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se atendida à legislação em vigor, tomada expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

§1º. O CONTRATADO indica como seu/sua representante legal junto ao CREA-PR o(a) Sr.(a) _____ - que por sua vez poderá ser contatado por meio do telefone fixo n.º _____, celular n.º _____, e-mail _____ - o qual durante o período de vigência deste Contrato, será a pessoa a quem o CREA-PR recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução de eventuais pendências ou falhas que porventura venham a surgir durante a execução do objeto. Cabe ainda ao CONTRATADO comunicar formalmente ao CREA-PR na hipótese de eventual alteração do(a) representante aqui nomeado(a).

§2º. O CONTRATADO se declara ciente de que a violação das obrigações assumidas nos termos deste Contrato implica em sua responsabilização civil e criminal por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência das exceções indicadas, também sob pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao CREA-PR.

§3º. O CONTRATADO se declara ciente também que é a única responsável pela execução do objeto, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto.

§4º. Reserva-se ao CREA-PR o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada. Se isso vier a ocorrer, o CONTRATADO terá direito a receber somente os valores referentes à execução efetivamente recebida pelo CREA-PR.

§5º. Na hipótese de ser constatada alguma divergência nas especificações deste instrumento durante a execução do objeto, o CONTRATADO deverá, imediatamente e formalmente, solicitar esclarecimentos ao CREA-PR. O objeto executado de maneira incorreta será corrigido pelo CONTRATADO sem quaisquer ônus para o CREA-PR e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CREA-PR, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e ainda nas normas e princípios gerais de Direito Administrativo e de contratos públicos.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo único: os registros que não caracterizem alteração deste Contrato podem ser realizados por meio de simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei indicada no *caput*.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro - por mais privilegiado que seja ou se torne - para a solução de litígios decorrentes deste instrumento.

Data da assinatura eletrônica.

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do CREA-PR e ainda de áreas afins